

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE
NÍVEL MÉDIO (PPCTM)

CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE DE TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS:
OFERTA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

CÂMPUS CAMBORIÚ

CAMBORIÚ/SC
Setembro, 2022

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO
DIRETORA GERAL DO CAMPUS

ALEXANDRE DE AGUIAR AMARAL
DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS

ELISÂNGELA DA SILVA ROCHA
COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
CAROLINE PAULA VERONA E FREITAS
ELISÂNGELA DA SILVA ROCHA
GIANFRANCO DE ARAÚJO
GILMAR BOLSI
JOEL EYROFF
JOSÉ LUIZ UNGERICHT JUNIOR
LUIZ FELIPE UNGERICHT

1. DETALHAMENTO DO CURSO	4
2. CONTEXTO EDUCACIONAL	5
2.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	5
2.2. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	6
2.3.1 Princípios Filosóficos	7
2.3.2 Princípios Pedagógicos	7
2.4. OBJETIVOS DO CURSO	12
2.4.1 Objetivo Geral	12
2.4.2 Objetivo Específicos	12
2.5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	12
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	13
3.1. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	13
3.1.1 Políticas de Ensino	13
3.1.2 Políticas de Extensão	14
3.1.3 Políticas de Pesquisa	15
3.2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	15
3.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	16
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	18
4.1. PERFIL DO EGRESO	18
4.2. CAMPO DE ATUAÇÃO	18
4.3 CONHECIMENTOS DA ÁREA DO SABER	18
4.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
4.4.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais	19
4.4.1.1 Temas Transversais	19
4.4.1.1.1 Educação Ambiental	19
4.4.1.1.2 Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso.	20
4.4.1.1.3 Educação Alimentar e Nutricional	20
4.4.1.1.4 Educação Étnico-Racial	20
4.4.1.1.5 Direitos Humanos	21
4.4.2. Curricularização da Pesquisa e Extensão	21
4.4.3. Prática Profissional	24
4.4.4. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	25
4.4.4.1 Operacionalização do Estágio Curricular	26
4.4.4.2 Orientação e Supervisão de Estágio Curricular	27
4.4.4.3 Sistema de Avaliação do Estágio Curricular	27
4.4.4.4 Estágio não obrigatório	27
4.5 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS	27
4.6 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR	29
4.7 MATRIZ CURRICULAR	29
4.7.1 Componentes Curriculares Optativos	30
4.8 AVALIAÇÃO	31
4.8.1 Sistema de avaliação do Curso (auto-avaliação realizada pelo NDB/NDE e/ou	

colegiado e avaliação realizada pela CPA)	32
4.9 EMENTÁRIO	33
4.9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	33
Temas transversais: Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso.	
Educação alimentar e nutricional. Educação Étnico-Racial. Direitos humanos.	33
Tema transversal: Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso.	43
4.9.2 Componente Curriculares Optativos	47
4.10 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS	51
5 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	51
5.1 CORPO DOCENTE	51
5.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	52
5.3 NDB	52
5.4 COLEGIADO	52
5.5 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	53
5.6 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	56
5.7 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	56
6 INSTALAÇÕES FÍSICAS	57
6.1 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	57
6.2 INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA	57
6.2.1 Conteúdos Digitais/Virtuais	59
6.2.2 Política de Atualização do Acervo	59
6.2.3 Acervo da Biblioteca relacionado ao Curso	59
6.3 INFRAESTRUTURA DE ENSINO E LABORATÓRIOS	60
6.3.1 Espaço de Trabalho Para Docentes em Tempo integral	60
6.3.2 Espaço de Trabalho Para o Coordenador	60
6.3.3 Salas de Aula	60
6.3.4 Infraestrutura de Laboratórios	61
6.3.4.1 Laboratório de Pesquisas Imobiliárias	61
6.3.4.2 Laboratório Gráfico de Experimentação Imobiliária	61
6.3.4.3 Laboratório de Gerência Imobiliária	61
6.3.4.4 Laboratórios de uso Comum	61
6.4 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL NO CAMPUS, UTILIZADA PELO CURSO	61
6.4.1 Áreas de Esporte de Convivência	62
6.4.2 Áreas de Atendimento ao Estudante	62
6.5 ACESSIBILIDADE	62
6.5.1 Arquitetônica e Urbanística	62
6.5.2 Comunicacional e Informacional	64
6.5.3 Tecnológicas	64
7 REFERÊNCIAS	65

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1. DETALHAMENTO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso	Técnico Subsequente em Transações Imobiliárias
1.2 Titulação do curso	Técnico em Transações Imobiliárias
1.3 Local de funcionamento	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú.</p> <p>Endereço: Rua Joaquim Garcia, S/N. Camboriú. Santa Catarina. CEP 88340-055.</p> <p>Telefone: (47) 2104 – 8000</p> <p>E-mail de contato: gabinete.camboriu@ifc.edu.br ou transacoesimobiliarias.tec.camboriu@ifc.edu.br</p> <p>Site da unidade: http://www.camboriu.ifc.edu.br</p>
1.4 Forma	Subsequente ao Ensino Médio
1.5 Modalidade	Presencial
1.6 Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
1.7 Resolução de aprovação do curso	Resolução nº 084 de 2013 do CONSUPER
1.8 Legislação	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação; - Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio; - Parecer CNE/CEB Nº 01/2021 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; - Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências; - Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio; - Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Art. 41 da Lei nº 9.394/96; - Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio; - Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios; - Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais; - Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação; - Resolução n. 02 CONSUPER/2022 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa; - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); - Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC; - Resolução nº 010 CONSUPER de 2021, dispõe sobre organização didática dos cursos do IFC; - Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância; - Lei nº 10.098/2000 que trata da acessibilidade; - Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; - Portaria Normativa 4/2019, que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância nos cursos presenciais; - Resolução -COFECI n.1.476/2022. Autoriza e estabelece procedimentos para o registro de estágio nos CRECI se propõem matriz curricular mínima para os cursos de técnico em Transações Imobiliárias - TTI.
1.9 Quantidade de Vagas	35 (trinta e cinco) vagas
1.10 Regime Letivo	Noturno
1.11 Periodicidade de oferta	Anual
1.12 Turno de oferta	Semestral
1.13 Carga horária total do curso	930 horas relógio
1.14 Carga horária de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório.	120 horas - Resolução COFECI nº 1476/2022 (COFECI, 2022).
1.15 Tempo de integralização do Curso	Matrícula inicial e rematrícula semestral. Integralização curricular mínima com aproveitamento de outros cursos será de 1 ano (2 semestres) e a integralização curricular máxima será de 5 anos (10 semestres).

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos câmpus do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os câmpus Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo Câmpus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao câmpus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Câmpus Avançado Sombrio.

O IFC possui 15 câmpus distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o câmpus Abelardo Luz está em processo de implantação. A Reitoria do IFC está instalada no município de Blumenau.

O Campus Camboriú, até final de 2008, denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953. Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O Decreto 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC 10 à Pró-reitora de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao médio profissionalizante, tendo somente um curso até então. Em 1990, o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio, sendo que a partir de 2000 passou a oferecer outros cursos técnicos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, passou a oferecer o Curso Técnico em Transações Imobiliárias. No ano de 2007, foi implantado o Curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade foi implantado. No que se refere a cursos superiores, em 2010 três cursos foram abertos, a citar: Bacharelado em Sistemas de Informação, Tecnologia em Negócios Imobiliários, sendo este a verticalização deste curso; e Licenciatura em Matemática, e, por fim, em 2011, outros dois cursos: Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia. Também em 2011 os cursos Técnicos em Meio Ambiente e Técnico em Turismo e Hospitalidade foram substituídos, respectivamente, pelos cursos Técnico em Controle Ambiental e Técnico em

Hospedagem. Ainda em 2011, foi aberto o curso Técnico em Segurança no Trabalho e Técnico em Redes de Computadores, este encerrado em 2013. E, recentemente, em 2015, abriu-se o curso Técnico em Defesa Civil. Em nível de pós-graduação, no ano de 2013 ocorreu a implantação do curso pioneiro no Brasil, em nível de especialização – Treinador e Instrutor de Cães-guia. Já em 2014 vem a Pós-graduação à distância, em nível de especialização, em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Em 2019, com a proposta aprovada pela CAPES, a Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPI) autorizou o início de funcionamento do curso de Mestrado Acadêmico em Educação, a partir de 27 de maio de 2019, através do memorando 09/2019 PROPI/REIT, de 06 de fevereiro de 2019. Em maio de 2020, o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 479, de 13 de maio de 2020. O ano de 2020 é marcado pela verticalização do ensino profissionalizante na área de ciências agrárias no IFC – Campus Camboriú, com a implantação do curso superior de Bacharelado em Agronomia. Recentemente, no ano de 2021 o campus, a partir da identificação de uma demanda reprimida, principalmente oriunda das necessidades identificadas durante a pandemia, iniciou a realização de ações que intuem ofertar cursos na modalidade de EaD.

Diante deste contexto o campus através da portaria 156/2021 - GAB/CAMP institui o Núcleo de Educação a Distância (NEaD). Ainda, neste período o campus propôs a oferta do curso Técnico em Defesa Civil na modalidade em EaD. E, de forma pioneira, através da portaria 147/2021 - GAB/CAMP, foi instituída a comissão responsável pelo estudo e criação do PPC, do primeiro curso superior na modalidade de EaD do Instituto Federal Catarinense, o Tecnólogo em Sistemas para Internet.

2.2. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Na região geográfica de Camboriú, o mercado de trabalho é formado basicamente pelos setores de comércio, da construção civil, imobiliário e hoteleiro; segundo a prefeitura municipal (PMBC/2020). Ainda segundo a Associação de Corretores de Imóveis de Balneário Camboriú (ACIBC, 2020), o Município de Balneário Camboriú, distante 6 km do Instituto Federal Catarinense, possui o turismo como sua principal indústria, envolvendo, além da rede hoteleira, o aluguel de temporada e venda de casas e apartamentos. Quando analisado a região, podemos destacar que a região recebe cerca de dois milhões de turistas por ano; que existem em torno de setecentas imobiliárias na região e que muitas delas atuam sem o número adequado de corretores para as atividades exercidas; que nos últimos cinco anos, somente em Balneário Camboriú, foram aprovados mais de 2.000.000 metros quadrados para construção e que existe um número expressivo de pessoas trabalhando na área imobiliária sem estar regularizado no órgão de classe CRECI (Conselho Regional de Corretores de Imóveis) por falta de curso o habilitem para tanto. Ressalta-se ainda, a enorme expansão imobiliária da própria cidade onde o Câmpus está situado, com um alto crescimento populacional, inúmeros lançamentos de empreendimentos imobiliários e abertura de muitos loteamentos novos e a grande procura pelo Curso Técnico em Transações Imobiliárias. No levantamento feito pela prefeitura em 2020, nas escolas públicas do Município de Camboriú e Balneário Camboriú, constatou-se que aproximadamente 85% dos alunos do último ano do ensino médio não têm perspectivas de cursar um curso superior, e desses 85%, cerca de 60% gostariam de continuar estudando para buscar uma melhor colocação no mercado de trabalho. Baseada nestes dados, a ACIBC solicitou, formalmente, ao CAC na época do primeiro estudo, hoje INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CÂMPUS CAMBORIÚ, a criação de cursos superiores, técnicos e básicos na área imobiliária. Informou, também, que cerca de 50% das pessoas que trabalham nas

imobiliárias da região consideram necessário um aprimoramento técnico na sua área de atuação. Promoveu-se portanto um estudo à época, 2003, com os órgãos de classe, visto que a grande maioria dos profissionais são autônomos, o que foge um pouco da tradicional busca e levantamento nas agências de emprego. Apresentou, ainda, uma previsão de aproximadamente 400 candidatos aos cursos básicos, 40 candidatos/ano para o curso técnico e igual número para curso superior. Procurando a implementação das políticas institucionais que constam no PDI, bem como a de sua expansão para a área tecnológica, podemos observar que na descrição do Câmpus Camboriú, no item que menciona os arranjos produtivos locais, em sua letra b, menciona: b) serviços: (...) Imobiliárias e administradoras de condomínio; (...)

Cabe ressaltar que agora nesta adequação à regulamentação, o curso passa pela sua quinta reformulação e já atendendo à solicitação da comunidade em implantar na região o Curso Superior, o IFC no ano de 2007, com o projeto já pronto para ser apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, mantenedora da unidade na época; promoveu-se uma audiência pública para apresentação do curso, grade com amplo convite a comunidade; verificando a facilidade de adaptação do curso técnico para tecnólogo, fornecendo uma opção para verticalização do ensino, procede-se uma ampliação dentro do itinerário formativo da área de gestão e negócios que o campus já possuía solidificado e com o objetivo de formar ainda melhores profissionais, com ética e conhecimento, buscou-se a implantação deste curso; tendo neste ano sendo realizado sua terceira adequação de matriz desde sua oferta inicial; tendo a graduação tendo o início das turmas no ano de 2010.

2.3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

O curso Técnico em Transações Imobiliárias é norteado por princípios filosóficos e pedagógicos.

2.3.1 Princípios Filosóficos

São princípios Filosóficos norteadores da Educação Profissional de Nível Técnico, especificamente para o Curso Técnico em Transações Imobiliárias, essencialmente, aqueles enunciados e transcritos abaixo pelo Artigo 3º da LDB, referentes a toda a Educação Escolar, ou seja:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência harmônica de instituições públicas e privadas de ensino;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- garantia de padrão de qualidade;
- valorização da experiência extraescolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2.3.2 Princípios Pedagógicos

A mobilidade é uma possibilidade para troca de experiências educativas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades. Visando facilitar a mobilidade acadêmica, faz-se necessária a elaboração de projetos curriculares flexíveis, respeitando as diretrizes comuns do Curso.

A abordagem dos conteúdos tem como meta um valor formativo no que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento crítico, isto é, procurará estimular os acadêmicos no processo de ensino-aprendizagem que valorize o raciocínio nos aspectos de:

Formular questões, perguntar-se sobre a existência de solução, estabelecer hipóteses e tirar conclusões, apresentar exemplos e contraexemplos, generalizar situações, abstrair regularidades, criar modelos, argumentar com fundamentação lógica dedutiva (BRASIL, 2008, p. 70).

Nesse sentido, procurando atender às diretrizes curriculares será observado um amplo espectro de competências e habilidades a serem desenvolvidas no conjunto das disciplinas, de modo a fomentar nos acadêmicos o saber, apreciando a importância do conhecimento de gestão e negócios imobiliários no desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do país.

Conforme Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC, ao se colocar como pergunta orientadora “que perfil de egresso a comunidade do IFC deseja” e “como são ressignificadas as diretrizes específicas de cada curso” busca-se discuti-las a partir dos seguintes elementos:

a) Concepção de currículo;

O currículo transgride a concepção de ordenamento de disciplinas que expressam conhecimentos e conteúdos. Afirma-se a necessidade de reconhecer o currículo em seu aspecto amplo das vivências escolares, ou seja, o currículo oculto (LIBÂNEO, 2007). O currículo oculto é representado pelas influências que afetam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho do professor proveniente da experiência cultural, dos contextos das políticas públicas, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciado na própria escola, ou seja, das práticas e experiências compartilhadas em escola e na sala de aula.

Tem-se no currículo um campo de disputa, permeado de ideologia, relações de poder e também é inseparável da cultura. Tanto a teoria educacional tradicional quanto a teoria crítica veem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir e construir a cultura de uma sociedade.

Na EPT busca-se responder estas problematizações a partir da concepção do currículo integrado. É importante salientar que o currículo integrado é tomado neste documento para além da oferta do ensino médio. Assim, é uma proposta de educação que busca romper com a fragmentação curricular na relação constante entre o currículo oficial e o oculto. Dessa forma, o currículo integrado não é integrado, politécnico ou omnilateral simplesmente porque há disciplinas e ementas que possam traduzir a intencionalidade, sendo organizado a partir de objetivos, conteúdos e atividades.

b) Formação integral, omnilateral e politécnica;

Um dos conceitos caros à EPT é o de formação integral, que tem como finalidade a reunificação das dimensões humanas, sejam as do domínio manual ou as do intelectual. A divisão dessas dimensões provoca a “perda do próprio homem” e a “desumanização completa”, cria “unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como o signo oposto, o da omnilateralidade” (MANACORDA, 2007, p. 78). Um profissional para atuar no mundo do trabalho, comprometido, por exemplo, com questões ambientais, éticas e filosóficas, precisará de uma gama de conhecimentos que lhe permitam agir de forma assertiva sobre a realidadeposta. Assim, é necessário que na formação dos egressos constem conhecimentos práticos integrados com uma sólida formação humana e capacidade crítica.

A formação integral dos estudantes está intimamente relacionada com a concepção de educação omnilateral. Essa, também compreendida como concepção de formação humana, busca considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético, ético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois estes não são simplesmente dados pela natureza.

Entende-se politecnia a partir dos conceitos de Kuenzer (2002) e Saviani (1989). De acordo com Kuenzer (2002) a politecnia difere do polivalente e amplia o domínio intelectual da técnica, bem como a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Saviani (1989), complementa ao afirmar que a politecnia propicia o desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que há o domínio dos princípios, fundamentos, que estão na base da organização da produção moderna.

Assim como preconizado no PDI do IFC, a EPT pauta-se numa concepção filosófica de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à omnilateralidade, de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura (RAMOS, 2010).

c) Inclusão/Educação Inclusiva;

No sentido de contemplar as necessidades específicas, bem como os diferentes estilos de aprendizado dos estudantes. Assim, o IFC busca atuar de maneira a oferecer e favorecer: a transversalidade da Educação Especial ; o atendimento educacional ² especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para a educação inclusiva; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade e articulação intersetorial na implementação das políticas de inclusão.

O IFC instituiu o Comitê de Diversidade e Inclusão, composto por núcleos inclusivos: a) Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI); b) Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); c) Núcleo de

¹ Neste grupo incluem-se estudantes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, com dislexia, discalculia, entre outros transtornos específicos de aprendizagem.

² De acordo com a LDB nº 9.394/1996, a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar (BRASIL, 1996, p. 42).

Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES); d) demais núcleos inclusivos, em atendimento às necessidades e às realidades dos campi em seus contextos. Todos esses núcleos são compostos por docentes, técnicos administrativos em educação, discentes e membros da comunidade externa que têm interesse pela temática.

No que diz respeito à acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades superdotação ou aqueles com outras necessidades específicas, o IFC conta com um trabalho colaborativo entre Napne e AEE, no sentido de buscar a efetivação de um currículo inclusivo, cuja transposição para a prática aconteça a partir dos princípios da equidade e proteção dos direitos, por meio de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; promovendo debates, vivências e reflexões, quanto à cultura da educação para a inclusão e eliminação de barreiras que possam dificultar ou impedir a plena participação no processo de construção de conhecimentos. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que não é a deficiência ou a condição de estudante com

alguma necessidade específica que limita o aprendizado, mas as diversas barreiras que lhe são impostas, acarretando uma incompatibilidade entre suas habilidades e o contexto. Assim sendo, o currículo inclusivo não desconsidera a necessidade de buscar possibilidades e condições para favorecer acessibilidade e participação do estudante com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A transposição de um currículo inclusivo para a prática também requer o uso integrado de diferentes recursos comunicativos, ou seja, outras possibilidades que permitam a exploração multissensorial e aprendizado por diferentes rotas, além de alternativas diversificadas para a expressão, considerando-se a relevância de se pensar na “diversidade do processo de aprendizagem” quando se projeta um ensino para todos (HUDSON, 2019; NUNES; MADUREIRA, 2015).

O currículo inclusivo transcende as práticas isoladas, meramente instrumentalizadas e assistencialistas, no âmbito do contexto educacional, requer avaliação constante das ações executadas, que, ocasionalmente, parecem centradas apenas nas dificuldades, principalmente de estudantes que compõem o público-alvo da Educação Especial, deixando, assim, a oportunidade de se construírem iniciativas inclusivas universalizadas.

Por fim, estruturar um currículo inclusivo demanda que se considere, em sua organização, caminhos também para adequações, flexibilizações, recuperações, nivelamentos, dentre outros, considerando a concepção de inclusão no seu sentido abrangente e os diferentes perfis dos estudantes. Contudo, esses caminhos não devem estar previstos apenas em normativas específicas e segmentadas, mas também na organização de cada curso, em seus projetos pedagógicos, discutidos e incorporados desde sua criação pelos Núcleos Docentes e Colegiados.

d)Ciência, tecnologia e cultura;

A formação de egressos críticos e comprometidos com o mundo social, material e ambiental perpassa pela forma como são abordados o papel da ciência, tecnologia e cultura nos cursos. Assim, reflete-se como se dá a construção do conhecimento e como são trabalhados e ressignificados nas práticas pedagógicas dos cursos.

Referente à ciência, é esperado que os estudantes compreendam o processo de construção de conhecimento e que o diferencia da mera opinião, suposições sem o respaldo científico. Com isso, também é importante que o futuro egresso reconheça o prejuízo de narrativas que negam a ciência e contrariam os conhecimentos socialmente acumulados pela área do curso e demais áreas do conhecimento (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Neste item, compreende-se a necessidade de reflexão sobre a criação de tecnologias que podem tanto contribuir para a ampliação das capacidades humanas e produtivas, como ser instrumento para aumentar as desigualdades sociais ou impactar em outras áreas da existência humana.

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações, comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos e de significados e, em simultâneo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (BRASIL/MEC, 2007, p. 45).

Assim, comprehende-se como indispensável que as categorias ciência, tecnologia e cultura estejam circunscrevendo os currículos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFC, para ser possível realizar uma formação integrada, omnilateral e politécnica.

e) Trabalho como princípio educativo;

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Sendo assim, o trabalho, por conseguinte, induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária da EPT. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, produz conhecimento.

O ensino politécnico articulado “ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se direito social subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida” (FRIGOTTO, 2012, p. 76). Essa concepção ampla de educação permite aos estudantes compreender e pensar criticamente sobre os fenômenos da natureza, bem como com as relações e funcionamento da sociedade. O domínio desses conhecimentos é condição necessária para formação de sujeitos críticos e emancipados no mundo em que vivem, além de ser facilitador na compreensão das inovações técnicas e científicas presentes no processo produtivo.

Sendo assim, essa concepção não pode ser entendida como ferramenta para inserção do estudante no mercado do trabalho, onde se espera que o indivíduo possa ser treinado e adaptado às demandas do regime de acumulação flexível no mundo globalizado capitalista. A formação politécnica, na medida em que articula os conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e do trabalho, permite a formação ampla do indivíduo, garantida como direito subjetivo, além de propiciar a reflexão e o pensar crítico de sua realidade e de seu meio social, podendo assim agir sobre ela e transformá-la (FRIGOTTO, 2012).

Ramos (2008), destaca que a EPT tem sua origem no contexto brasileiro como um meio de formação imediata para atender o mercado de trabalho, em que os menos favorecidos não tinham outra opção a não ser obter uma profissão para o atendimento das suas necessidades básicas/imediatas.

Estudiosos e educadores da EPT, como Ramos (2008) e Moura (2013), têm se debruçado e defendido o trabalho como princípio educativo, na perspectiva de uma formação omnilateral, que contrapõe e supera a formação unilateral, característica marcante da sociedade capitalista, presente no sistema de ensino, como também nos demais segmentos formativos da sociedade.

A Prática Profissional é compreendida como diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. A Prática Profissional, assim, está relacionada aos fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico e possibilita as discussões sobre o mercado de trabalho, em contraponto ao mundo do trabalho, e refletir sobre seus desafios e contradições.

Neste sentido, o trabalho como princípio educativo conduz a escola a reflexão contínua sobre o tipo de profissional que deseja formar. O projeto de escola pretendido visa refutar o atendimento imediatista ao mercado de trabalho, sem uma perspectiva social mais ampla, e visa a formação sólida dos estudantes nas diferentes dimensões que constituem o ser humano, tendo como núcleo básico do currículo a relação trabalho, ciência e cultura.

f) Verticalização dos cursos;

Os cursos ofertados nos Institutos Federais de Educação têm como característica peculiar de oferta, segundo a lei de criação dos institutos federais, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a promoção da verticalização e integração da educação básica até a pós-graduação. Além da melhor gestão do uso de pessoal e de infraestrutura, isso nos permite a criação de eixos de oferta com cursos de diferentes níveis e articulados entre si. O estudante com isso tem a possibilidade, por exemplo, de ingressar na instituição para cursar uma determinada qualificação profissional e a partir disso almejar novas trilhas de aprendizagem, optando verticalizar seus conhecimentos até o nível superior.

Ainda como verticalização, mas na perspectiva pedagógica, é esperado que o estudante possa transitar por diferentes níveis de ensino e possa vivenciar esta experiência agregadora para a construção de sua identidade profissional. Assim, é possível que ao longo da integralização do curso haja momentos de atividades integradas entre os cursos de mesmo eixo de diferentes níveis de ensino. Além de aprofundar a formação do estudante em algum ponto específico, esta integração permite o intercâmbio de conhecimentos e novas abordagens para compreensão do objeto de estudo. Ações neste sentido, ampliam o horizonte de perspectiva profissional do estudante, pois demonstram a estreita relação entre os cursos de diferentes níveis pertencentes ao mesmo eixo de formação.

Segundo o PDI do IFC, pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de “[...] oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (PACHECO, 2010, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos “[...] cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2010, p. 21). Assim, os Institutos Federais “[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil” (ORTIGARA, 2013, p. 2), considerando sua característica sui generis: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não unicamente pedagógica, mas também de gestão.

2.4. OBJETIVOS DO CURSO

2.4.1 Objetivo Geral

O objetivo do curso é capacitar o aluno a analisar o mercado imobiliário e suas implicações no desenvolvimento da sociedade em geral e as condicionantes para a formação de uma visão crítica, com um enfoque sistêmico sobre uma política habitacional equânime.

2.4.2 Objetivo Específicos

- Desenvolver o espírito empreendedor por meio da prática imobiliária aliada aos modernos conceitos da administração de negócios, marketing e vendas;
- Formar e qualificar profissionais com uma visão crítica para realizar atividades de assessoria, planejamento, operações e controle de gerenciamento em negócios imobiliários, com bases científicas e humanas.

2.5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso dos alunos no Curso Técnico em Transações Imobiliárias se dará através da inscrição e participação em processo seletivo, regido por edital ou processo de seleção próprio. Uma vez aprovado no processo seletivo, será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio

mediante apresentação do histórico escolar para a efetivação da matrícula no curso.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Políticas de Ensino

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados. Em relação ao sentido filosófico do ensino em seu sentido profissionalizante, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Assim, comprehende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos câmpus, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto (2012) para formação omnilateral:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que

busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (2012, p.265)

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a Educação Profissional também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a aprender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Educação Profissional, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

3.1.2 Políticas de Extensão

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente no desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão: A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do Fórum FORPROEXT cumprem função *sine qua non* na orientação de nossa práxis extensionista.

3.1.3 Políticas de Pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações de pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos.

3.2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis. Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

3.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Parte da arquitetura do Campus Camboriú, refere-se ao modelo da década de 50, período da sua fundação como Colégio Agrícola de Camboriú, quando ainda não havia preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O acesso seguro e autônomo às vias públicas e às edificações foi implantado através de nova construção e de reformas, conforme estabelece a legislação federal vigente e normas técnicas (NBR 9050/2004). As novas edificações apresentam desde o projeto, os requisitos estruturais de acessibilidade – calçadas, pontos táteis, portas, barras de apoio, sanitários e sinalização. Neste sentido observa-se a arquitetura separando as construções da Instituição em antiga, reformada e nova.

Quanto à construção antiga, no que se refere à área livre, o espaço para manobra de um cadeirante com deslocamento de 180 graus que possui o mínimo de 1,50 (largura) x 1,90 (profundidade) é parcial. No que se refere à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, conforme determina a NBR 9050/2004. A construção antiga possui acesso a andares superiores através de escada que possuem patamar a cada 3,20 m de desnível quando há mudança de direção, além dos corrimões possuírem acabamento recurvado e estarem na altura correta, entre 0,70 m e 0,92 m, há também a opção de um elevador.

Quanto à circulação interna da construção antiga, os corredores de uso comum têm a extensão superior a 10,00 m e possuem 1,50 m de largura, as portas de circulação interna possuem largura mínima de 0,80 m, conforme NBR 9050/2004. De modo geral, a entrada de alunos está localizada na via menor de fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessíveis e áreas de alcance manual.

Quanto à área de alcance da construção reformada e da construção nova, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, atendendo a NBR 9050/2004.

O acesso e a sinalização das partes reformadas e novas, possuem parcialmente pisos com superfície regular, firme e antiderrapante, desníveis do piso em altura máxima de 5 mm. As rampas com largura mínima de 1,20 m, elevador, escadas com patamar a cada 3,20 m de desnível em mudança de direção. Corrimãos com acabamento recurvado, em altura entre 0,70 m e 0,92 m.

A circulação interna dos prédios, reformados e novos, possuem corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m com 1,20 m de largura, corredores com extensão superior a 10,00 m com 1,50 m de largura. Portas de circulação possuem largura mínima de 0,80 m e a área de aproximação de uma porta em seu sentido de entrada possui área livre de 1,20 m, suas maçanetas são do tipo de alavanca. Já as calçadas, passeios e vias de pedestres possuem faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m.

Os banheiros da estrutura reformada, há reservas para pessoas com deficiência, a bacia sanitária está numa altura mínima entre 0,43 e 0,48 (com a tampa do assento), o acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m e há lavatório dentro do sanitário reservado para pessoas com deficiência.

E a acessibilidade da construção nova da Instituição, a área livre para circulação de uma pessoa possui a largura mínima de 1,20 m, parcialmente para circulação de duas pessoas com largura mínima de 1,80 m. Espaço para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) rotação de 90 graus possui o mínimo de 1,20 m por 1,20 m. E para um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 graus também possui o mínimo de 1,50 m por 1,20 m. Ainda para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 360 graus possui o mínimo de diâmetro de 1,50 m.

Quanto à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares estão entre 0,80 m e 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m a 1,00 m. Estão parcialmente dentro das regras a altura dos interruptores, das tomadas elétricas e dos armários em geral. Para com os banheiros da construção nova, existem sanitários reservados para pessoas com deficiência, estão parcialmente localizados dentro de uma rota acessível, o sanitário para pessoas com deficiência possui barras de apoio acessíveis, a bacia do referido sanitário possui uma circunferência de acordo com o MR/ Módulo de Referência (0,80 m x 1,20 m). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m. Há lavatório a uma altura de 0,78 m e 0,80 m.

Quanto às vagas para veículos, perto da biblioteca, o estacionamento possui reserva para pessoas com deficiência e a vaga possui a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso. As vagas para veículos na lateral e nos fundos das instalações também possuem reserva para pessoas com deficiência com a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso.

De modo geral, a acessibilidade na construção nova, a entrada de alunos está localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula convencionais e laboratórios são acessíveis, possuem áreas de aproximação e manobra acessível, áreas de alcance manual também acessível. Na biblioteca há publicações em *braille*. Na faixa livre de circulação há rampas. O Campus Camboriú, possui para além da infraestrutura física, a política educacional que prevê a acessibilidade, como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, o qual oferece suporte às pessoas com necessidades específicas.

Em relação aos alunos cegos e\ou com baixa visão, as providências e soluções tecnológicas como aquisição e\ou desenvolvimento de softwares e de ambientes virtualmente acessíveis, bem como de tecnologias assistidas ou ajudas técnicas (*braille*), estão sendo estimuladas pelo Centro de Formação de Técnicos e Instrutores de Cães - Guia. Estruturado a partir de 2011, o referido Centro também executa, desde 2013, uma formação de pós-graduação em treinador e instrutor de cães-guia e promoção de eventos correlatos com o tema.

Quanto à política de acessibilidade educacional, o Campus possui, desde o ano de 2018, o Atendimento Educacional Especializado, que é formado por uma equipe interdisciplinar composta por uma docente formada em Educação Especial, por uma orientadora educacional e pelo psicólogo do Campus. Esta equipe realiza o atendimento e acompanhamento dos alunos, público alvo da educação especial, que estão regularmente matriculados nos diferentes cursos ofertados pelo Campus. Para o atendimento dos alunos surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), há o Núcleo Bilíngue Libras/ Língua Portuguesa (NUBI). Este núcleo, constituído pelo professor de Libras do Campus e pela intérprete de Libras, realizam o acompanhamento destes alunos na instituição, bem como, por toda parte de acessibilidade linguística que diz respeito à Libras, ou seja, tradução de editais para Libras, interpretação dos eventos institucionais e interpretação no contexto educacional (sala de aula), bem como orientação a respeito da identidade e “cultura surda.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

4.1. PERFIL DO EGRESO

Ao final do curso espera-se que o aluno esteja habilitado para:

- Executar atividades de intermediação e orientação na compra, venda, investimento, permuta e locação de imóveis, sejam terrenos ou edificações.
- Realizar captação, vistoria e demonstração de imóveis.
- Prestar assessoria na identificação de oportunidades de negócios, no processo de transferências, estruturações e registros imobiliários.
- Orientar quanto ao financiamento imobiliário.
- Avaliar imóveis para determinar valor de mercado.
- Ter capacidade de identificar e de se adaptar às novas demandas do mercado em consonância com a competência teórico-prática.
- Planejar e coordenar atividades relacionadas à divulgação e comercialização de imóveis.

4.2. CAMPO DE ATUAÇÃO

- Empresas imobiliárias;
- Consultoria;
- Construtoras;
- Bancos;
- Forma autônoma.

4.3 CONHECIMENTOS DA ÁREA DO SABER

O Técnico em Transações Imobiliárias deve ter conhecimentos em direito e legislação aplicados ao setor imobiliário, deve saber se expressar de forma clara e cordial, entender sobre aspectos da economia e do mercado imobiliário, bem como ter conhecimentos básicos de engenharia aplicada, desenho arquitetônico, marketing, administração, planejamento e execução de vendas, empreendedorismo entre outros. Embasado nesses conhecimentos, o Técnico em Transações Imobiliárias terá condições de atender os clientes de forma ética e transparente, atuar de forma

proativa e ter comprometimento com as reais necessidades e desejos dos clientes levando em consideração a realidade social de cada um, além do respeito à diversidade e à sustentabilidade.

4.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.4.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais

Para avançar na direção da interdisciplinaridade, as disciplinas de cada semestre deverão ser programadas em conjunto pelos professores de todas as disciplinas do semestre, buscando:

- planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- melhor utilização dos laboratórios;
- evitar sobreposição de conteúdos;
- estabelecer a complementaridade entre as disciplinas;
- uniformizar critérios de avaliação;
- maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;
- contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, empreendedorismo, dentre outras;
- discutir e implementar ações integradas na viabilização da realização do relatório de estágio quando os projetos estiverem relacionados com as disciplinas.

4.4.1.1 Temas Transversais

Para atender a legislação, o curso se propõe a trabalhar os temas sobre Educação ambiental; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação alimentar e nutricional; Educação Étnico-Racial e Direitos humanos de forma transversal por meio da inserção dos conteúdos nas ementas ou mesmo perpassando por alguns componentes curriculares, conforme descrito abaixo.

4.4.1.1.1 Educação Ambiental

O tema ambiental no IFC está atrelado à sua missão, pois a temática versa sobre as transformações necessárias que buscam pela sustentabilidade e a qualidade de vida. No Campus Camboriú, o tema tem sido abordado nos diferentes níveis de ensino sob distintas configurações, seja nos currículos, em disciplina, em projetos interdisciplinares, de ensino, pesquisa e de extensão. O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

Segundo a Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012):

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No curso Técnico em Transações Imobiliárias o tema é discutido no componente curricular

Direito Urbano e Ambiental por meio do seguinte ementário: Cidades e comunidades sustentáveis. Política nacional do meio ambiente e Crimes ambientais. Sustentabilidade socioambiental. Modalidades de meio ambiente. Responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

4.4.1.1.2 Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso.

Diante do novo panorama mundial que apresenta um aumento exponencial da população idosa em nossa sociedade, observa-se a necessidade de ações adequadas para a inclusão desses indivíduos.

Conforme disposto no Estatuto do Idoso que aborda sobre o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso com base na Lei nº 10.741/2003 (BRASIL, 2003). E, que, segundo o artigo 22 apresenta: “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”.

Nesse contexto, sabendo que a educação tem um papel central nesse processo, o tema será abordado no curso Técnico em Transações Imobiliárias como forma de propiciar uma mudança no modo de enxergar e tratar o idoso.

Para isso, o tema será abordado de forma transversal nos componentes curriculares Relações Humanas e Ética e Direito e Legislação III.

No componente Relações Humanas e Ética, estará perpassando nas discussões sobre relações humanas no trabalho, grupos e equipes de trabalho, comunicação organizacional e administração de conflitos. Além disso, no componente Direito e Legislação III, buscará perpassar pelo conteúdo da ementa que trata sobre a proteção do consumidor idoso e hipervulnerável, segundo o CDC e assim, fazer uma relação com os direitos do idoso segundo o estatuto (BRASIL, 2003) com o objetivo de esclarecer sobre os direitos específicos do idoso quando o assunto é consumo.

4.4.1.1.3 Educação Alimentar e Nutricional

A Educação Alimentar e Nutricional também é um dos temas que deve ser apresentado nas escolas para o incentivo de práticas saudáveis de alimentação da sociedade com base no artigo 2 da Lei nº 11.947/2009, do Programa Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, que dispõe sobre alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

Sabendo da importância do tema para a sociedade como um todo, buscou-se discuti-lo em alguns componentes curriculares perpassando nas discussões de alguns conteúdos no intuito de promover hábitos e práticas de estilo de vida saudáveis, ou seja, qualidade de vida.

Desse modo, esse tema será mencionado transversalmente no componente curricular Relações Humanas e Ética. Será discutido na Introdução à Psicologia, por meio da abordagem sobre o comportamento humano, enfatizando a importância de hábitos saudáveis para uma maior qualidade de vida.

4.4.1.1.4 Educação Étnico-Racial

Dado o contexto social, os brasileiros vivem numa sociedade complexa, plural, diversa e

desigual. A diversidade e pluralidade, contudo, não se apresenta apenas através das diferentes culturas constituintes da população. Diante da realidade brasileira, historicamente marcada pela herança da violência da catequese indígena, da escravidão dos negros africanos e de todas as nefastas consequências provocadas por estes acontecimentos que se prolongaram por séculos, é tarefa da educação comprometida com o livre desenvolvimento das potencialidades humanas, debater temas vinculados às questões étnico-raciais.

Com base nessa missão, historicamente comprometida com a promoção da educação étnico-racial, que o Instituto Federal Catarinense se propõe a criar condições e possibilidades para o reconhecimento da diversidade cultural e da formação da equidade social no cotidiano institucional e da sala de aula.

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pertinentes ao Técnico em Transações Imobiliárias, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/ 2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial (BRASIL, 2004). Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos no componente curricular de Relações Humanas e Ética.

4.4.1.1.5 Direitos Humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2):

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos no Curso Técnico em Transações Imobiliárias, a temática está contemplada na ementa do componente curricular Relações Humanas e Ética.

4.4.2. Curricularização da Pesquisa e Extensão

A curricularização da pesquisa e extensão permite, para além da ideia de justificar a existência da tríade ensino-pesquisa-extensão, articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

Os princípios da curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação:

I- Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre o IFC e setores sociais, marcados pelo diálogo, troca de saberes, superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

II- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – busca a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas, áreas do saber, áreas profissionais, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intraorganizacionais e interprofissionais.

III- Indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão – considerando que as ações integradas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Nesse princípio, esta relação de indissociabilidade deverá promover

uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

IV- Integração dos conhecimentos - seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. As ações integradas possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários do IFC com a sociedade. Neste sentido, a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização do currículo.

V- Transformação social - reafirma a extensão, a pesquisa, a inovação e o ensino como mecanismos pelos quais se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Para efeito de curricularização, as atividades de extensão e de pesquisa, são caracterizadas nas seguintes modalidades:

- 1. Programa:** conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo, dentre outros. Os programas devem destacar o envolvimento e interação das comunidades externas e estar previstos nos respectivos projetos pedagógicos;
- 2. Projeto:** conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;
- 3. Cursos e oficinas:** conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos;
- 4. Evento:** ação episódica que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna; Prestação de serviço: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da instituição (como consultoria; assessoria; curadoria; atendimentos; práticas profissionais; transferência tecnológica, entre outros), que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, apresentando articulação entre o IFC e sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais;
- 5. Publicações acadêmicas:** produções acadêmicas de caráter indissociável da pesquisa/extensão para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica. São consideradas nesta modalidade a elaboração e produção de livros e capítulos de livros, artigos e, no caso de eventos, resumos expandidos (completos);
- 6. Outras ações:** conjunto de atividades articuladas ao curso, que envolvam problematização, desenvolvimento científico e tecnológico, ou diálogo e transferência de conhecimento com a comunidade.

As estratégias de curricularização da extensão e da pesquisa, definidas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), devem constituir componente (s) curricular(es) da matriz, podendo ser contempladas

da seguinte forma:

- I. Como disciplina (s) específica (s);
- II. Como parte da carga horária de disciplina (s);
- III. Como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa nas modalidades previstas no art. 4o, devidamente cadastradas na instituição.

As estratégias de curricularização da extensão, da pesquisa e inovação, definidas neste PPC, ocorrerão da seguinte forma:

I. Como disciplina (s) específica (s): Integração com a Comunidade I, Integração com a Comunidade II Integração com a Comunidade III, alocadas uma em cada semestre do curso, permitindo a continuidade de ações integradoras durante toda a formação do aluno.

As disciplinas de Integração com a Comunidade (IC) I, II e III objetivam proporcionar aos discentes o entendimento do seu papel como agente transformador, e de como as ações de extensão podem impactar a comunidade na qual ele está inserido. Com o uso dos conteúdos trabalhados nas disciplinas do Eixo de Engenharia e Arquitetura (IC I e IC II), do Eixo de Administração, Gestão e Marketing (IC III), bem como a integração com os demais conhecimentos adquiridos no curso, os discentes poderão propor soluções para os problemas regionais identificados. Nelas serão empregadas metodologias de ensino-aprendizagem com enfoque na atividade prática do discente, que poderá realizar ações na comunidade externa ao IFC, sob orientação e supervisão direta dos docentes de cada disciplina.

Considerando a lei nº 13.005, que nas metas 12.11, trata dos aspectos relacionados à pesquisa aplicada às necessidades econômicas, sociais e culturais do país. De igual forma, a Lei nº 11.892, nos incisos VIII e IX, destacam que são prerrogativas dos Instituto Federais a realização e estímulo da pesquisa aplicada, desenvolvimento científico e tecnológico e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

Integração com a Comunidade I (30h): Esta disciplina traz uma estratégia de interconectividade de diversos fatores, que naturalmente integrados, contribuem à formação do perfil do egresso, a citar: atividades práticas de campo, envolvimento da comunidade e também pesquisa. Ao final da disciplina se produzirá um produto; um relatório das questões patológicas da infraestrutura do campus, levando assim também mais uma contribuição do curso à instituição. O desenvolvimento dos trabalhos, como isso se faria, pode ser descrito resumidamente da seguinte forma: com equipes se dividindo entre os blocos da instituição realizando a busca, coletando entrevistas e impressões da comunidade, fotografando e apontando as patologias das mais diversas encontradas nos blocos da instituição. Após pesquisa científica dos dados coletados, bem como pesquisa bibliográfica dos defeitos encontrados, será produzido um relatório a cada ano, este então será enviado à Direção Geral e Direção de Infraestrutura para programação de manutenção e reformas e também como forma de divulgação, a geração de um banner de pesquisa para apresentação nos eventos acadêmicos do núcleo.

Integração com a Comunidade II (30h): Esta disciplina traz uma estratégia de interconectividade de diversos fatores, que naturalmente integrados, contribuem à formação do perfil do egresso, a citar: interação dialógica, atividades práticas de campo, integração transversal de conteúdos, interprofissionalidade, envolvimento da comunidade e também pesquisa. Ao final da disciplina se produzirá um produto: um poster de publicação de resultados da análise dos projetos arquitetônicos de empreendimentos recentemente lançados na região, a ser publicado em eventos do curso abertos à comunidade externa. O desenvolvimento dos trabalhos pode ser descrito resumidamente da seguinte forma: com equipes se dividindo entre padrões de imóveis e tipos de

lançamento, pesquisando as plantas baixas, calculando áreas legais, ocupação do solo e verificando precificação média. Após pesquisa científica dos dados coletados, bem como entrevistas e pesquisas bibliográficas, será produzido um banner, este então será exposto durante a semana acadêmica do curso no semestre seguinte, fortalecendo os laços e a imersão entre a academia e o mundo do trabalho.

Integração com a Comunidade III (30h): Esta disciplina traz uma estratégia de interconectividade de diversos fatores, que naturalmente integrados, contribuem à formação do perfil do egresso, a citar: atividades práticas de campo, envolvimento da comunidade, além de pesquisa. Essa disciplina tem como proposta contribuir no planejamento e na divulgação do evento Cenário Imobiliário que acontece todo ano no Instituto Federal Catarinense, campus de Camboriú e, que, atualmente é organizado apenas pelo curso superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários -TNI. No início do semestre a turma seria responsável pelo levantamento de ideias sobre novos temas a serem abordados na próxima Semana Acadêmica. O desenvolvimento dessa atividade pode ser descrito resumidamente da seguinte forma: com equipes divididas para analisar os eventos anteriores, pesquisar sobre novos temas de palestra e palestrantes com base nas novas tendências do mercado imobiliário. Após a pesquisa, coleta e análise de dados, as equipes deverão apresentar, discutir e selecionar as melhores ideias em sala de aula na disciplina de Administração III. Depois de selecionadas as melhores ideias, será produzido um relatório para ser entregue para a equipe responsável pela contratação de palestrantes da Semana Acadêmica do curso Tecnologia em Negócios Imobiliários. E, num segundo momento, a turma seria responsável pelas ações de divulgação da Semana Acadêmica. O desenvolvimento dessa atividade pode ser descrito resumidamente da seguinte forma: com equipes divididas entre as ações de divulgação discriminadas no plano de comunicação desenvolvido em sala de aula na disciplina de Marketing Estratégico. O produto final desta disciplina refere-se ao acontecimento do evento em si e pela entrega de um relatório sobre as ações de divulgação do evento para que seja inserido ao relatório final de ações de extensão para prestação de contas junto à coordenação do evento.

II. Como parte da carga horária de disciplina (s): Seminário de Vivências Imobiliárias 24h para curricularização da pesquisa.

Desta forma, o Curso Técnico de Transações Imobiliárias oferecerá no total 114 horas de Curricularização da pesquisa e extensão.

4.4.3. Prática Profissional

De acordo com a Organização Didática de 10/2021 do IFC, em seu artigo 47, § 2º O PPC deve prever a prática profissional a ser desenvolvida no decorrer do curso. A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional prevista Curso Técnico Subsequente em Transações Imobiliárias prevê 35 horas no eixo arquitetura, 15 horas no eixo engenharia e 40 horas no eixo de gestão, totalizando 90 horas de carga horária prática. Será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

A prática profissional ocorrerá da seguinte forma:

I - Atividades pedagógicas em sala de aula; nos laboratórios de Pesquisa Imobiliária, Gerência Imobiliária, e Experimentação Gráfica; possibilitando uma prática orientada pelo docente em

ambiente acadêmico;

II - Atividades de imersão no mundo do trabalho, com ações de pesquisa, extensão e integração com a comunidade; possibilitando o contato direto com profissionais da área imobiliária e relacionados;

A Prática Profissional ocorrerá por meio dos componentes curriculares com carga horária específica para cada eixo temático.

As práticas profissionais acontecerão nos seguintes eixos e/ou disciplinas: na área de projetos com 35 horas em Desenho Arquitetônico, Desenho Arquitetônico Auxiliado por computador, Integração com a comunidade II. O aluno estará em contato direto com atividades práticas de desenho, interpretação, criação e análise de projetos arquitetônicos, lançamentos imobiliários e colaboração com projetistas atuando ainda como uma interface cliente x construtor.

Na área de engenharia com 15 horas em Integração com a Comunidade I, o aluno estará em contato direto com atividades práticas de medições e averiguação das questões patológicas da infraestrutura do campus.

Na área de gestão com 40 horas em Marketing Estratégico e Integração com a Comunidade III. Nesse eixo, o aluno desenvolverá um plano de comunicação de marketing voltado ao evento Cenário Imobiliário na disciplina de Marketing Estratégico e na disciplina Integração com a Comunidade III, o aluno terá 15 horas para o levantamento de ideias sobre novos temas a serem abordados nas palestras com base nas tendências do mercado imobiliário. E mais 15 horas, para realizar as ações de divulgação da Semana Acadêmica junto a comunidade externa.

4.4.4. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular é componente curricular obrigatório à obtenção do diploma de Técnico em Transações Imobiliárias, tendo sua carga horária incorporada à carga horária total do curso. Nele o aluno terá a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso e aprimorar as experiências curriculares com base nas vivências profissionais e relações socioculturais, assim como a incorporação de novos saberes, habilidades e competências, fundamentais na formação do futuro profissional. O Estágio Curricular será realizado sob orientação e supervisão adequadas, objetivando a interação aluno-meio-trabalho, conforme a legislação em vigor e regulamentação própria.

O Estágio Curricular deverá ser realizado preferencialmente em empresas privadas e em atividades autônomas, cadastradas e que tenham firmado Convênio com o Câmpus Camboriú do Instituto Federal Catarinense. As atividades de estágio deverão ser orientadas por um professor e pela Coordenação de Estágio do Câmpus Camboriú, e supervisionadas por um profissional do órgão concedente do estágio, o qual deverá comprovar a atuação dos estagiários nas atividades que lhe forem determinadas.

Ao final de suas atividades de estágio, o aluno deverá elaborar individualmente e entregar um relatório contendo as fundamentações teóricas e técnicas desenvolvidas durante esse período, inclusive os aspectos históricos, técnicos e as relações interpessoais observadas e vivenciadas. O destaque que é dado a esses aspectos finais contribuirá para a formação de um Técnico com visão mais ampla de seu papel social, crítico e com capacidade de intervenção criativa no processo produtivo.

O aluno deverá comprovar a realização de 120 horas de Estágio Curricular Supervisionado, além da carga horária mínima estabelecida para o seu curso, para obtenção do diploma de Técnico. As atividades de estágio poderão ser cumpridas a partir da conclusão do 1º semestre do curso.

A realização do estágio concomitante visa dar apoio ao aluno estagiário na busca de orientações para a solução das situações enfrentadas no ambiente de estágio por meio da convivência com colegas e professores. Além disso, estimula um maior contato entre a instituição de ensino e as demandas da sociedade, proporcionando, assim, uma avaliação permanente do curso que está sendo oferecido, além de permitir o acesso ao conhecimento e às tecnologias disponíveis na estrutura física da unidade educacional.

Após a integralização das disciplinas, o aluno que ainda tiver horas de estágio a cumprir deverá protocolar requerimento de matrícula no Setor de Registro Escolar no semestre imediatamente seguinte à conclusão das disciplinas do último semestre.

4.4.4.1 Operacionalização do Estágio Curricular

Operacionalização do Estágio Curricular se dará com base na lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a qual define o estágio como sendo:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. Visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Para o Instituto Federal Catarinense-Camboriú o processo relacionado ao estágio foi definido a partir dos 8 passos:

Como iniciar o estágio?

1º passo: conversar com o professor convidando-o para ser seu orientador de estágio;

2º passo: verificar e contatar a empresa onde se pretende estagiar;

3º passo: verificar se a empresa tem convênio com o IFC por meio do link: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/extensaoestagio/estagio/documentos/>. Caso não tenha convênio, seguir para o 4º passo. E, se tiver convênio, seguir direto para o 5º passo.

4º passo: realizar o convênio da empresa com o IFC por meio de acesso ao link:

5º passo: preencher o documento: Termo de Compromisso de Estágio por meio do link: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/extensaoestagio/estagio/documentos/>. O documento deve ser assinado pelo supervisor que é o responsável pelo seu estágio. Após, enviar o documento para o seguinte e-mail: estagios.camboriu@ifc.edu.br;

Observação: os termos de compromisso de estágios são cadastrados pela Coordenação de Estágio no sistema da Instituição e coletadas as demais assinaturas: do aluno, do orientador e da Coordenação de estágio. Após, o documento é enviado ao aluno para ser entregue na empresa.

O aluno receberá uma notificação por e-mail para assinar o documento, basta seguir as orientações e assinar. Em caso de necessidade de alteração do período de estágio deve-se preencher o termo aditivo de estágio por meio de acesso ao seguinte documento: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/extensaoestagio/estagio/documentos/>

Terminei o estágio, e agora?

6º passo: elaborar o relatório final e preencher as fichas de avaliação. Você encontra os modelos do relatório e das fichas de avaliação no link: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/extensaoestagio/estagio/documentos/>.

7º passo: enviar as fichas de avaliação para o orientador de estágio e para o supervisor preencherem. Entregar o relatório para o orientador corrigir;

8º passo: com as fichas de avaliação preenchidas e o relatório corrigido, enviar para o e-mail da Coordenação de Estágios e aguardar para assinar pelo sistema os documentos, caso estejam sem as devidas assinaturas: estagios.camboriu@ifc.edu.br.

4.4.4.2 Orientação e Supervisão de Estágio Curricular

A orientação do Estágio Curricular se dará com base no regimento geral dos estágios curriculares de ensino técnico do Instituto Federal Catarinense, e normatizadas no Câmpus de Camboriú, que dispõem que a orientação dada ao acadêmico pelo professor orientador no decorrer das atividades deve proporcionar ao educando o pleno desempenho de ações pertinentes à realidade da profissão. Já a supervisão de estágio, prevista no regulamento de estágio, deverá ser desenvolvida pelo supervisor na empresa.

4.4.4.3 Sistema de Avaliação do Estágio Curricular

A avaliação do Estágio Curricular faz parte do processo educativo de estágio e integra todas as experiências teóricas e práticas relatadas no relatório de estágio, conforme modelo disponível na página da internet da biblioteca do campus e na CEE (Coordenação de Extensão e Estágio).

A nota final do estagiário é o resultado da média aritmética das notas atribuídas durante a realização do estágio.

Para a aprovação, o acadêmico deve obter nota final igual ou superior a 7 (sete) estabelecida pelo Regimento da Instituição. A confirmação da nota fica condicionada às alterações no relatório de estágio propostas pelo orientador, caso o aluno não apresente tais alterações no prazo determinado, o acadêmico será reprovado.

4.4.4.4 Estágio não obrigatório

Os estudantes poderão realizar estágios que complementam algum campo de conhecimento específico do curso, com intuito de aperfeiçoar sua prática na área.

As atividades de estágio não-obrigatório, observada a Lei no 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do Instituto Federal Catarinense.

O estágio profissional supervisionado é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo no IFC, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

4.5 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

O curso Técnico em Transações Imobiliárias prevê atividades não presenciais de até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso em conformidade com os documentos institucionais,

segundo Portaria Normativa do IFC – 04/2019 e Resolução 010/2021 da Organização Didática dos Cursos do IFC que estabelecem até o limite de 20% da carga horária total do curso para uso de atividades não presenciais.

A oferta de atividades EaD visa diminuir a evasão dos discentes, pois permite a flexibilização do currículo e a realização de atividades no ambiente virtual no tempo e em espaço definido pelo aluno. Desse modo, optou-se pela oferta integral da disciplina de Direito Urbano e Ambiental em EaD com carga horária de 52 horas.

A mediação pedagógica acontece de forma planejada e alinhada com a estrutura curricular proposta no PPC, com vistas ao desenvolvimento do Perfil Profissional de Conclusão. A mediação pode acontecer por meio do ambiente virtual de ensino e aprendizagem ou, ainda, na forma de atendimentos presenciais aos discentes (agendados com o mediador), para retirada de dúvidas e para alinhamento do processo de ensino-aprendizagem.

A realização de atividades síncronas e assíncronas favorece o desenvolvimento da aprendizagem e aproxima o estudante do curso. De acordo com Moraes (2004), um dos objetivos para o sucesso do ensino na EaD é a redução da sensação de distanciamento. Para dar conta desta perspectiva, as disciplinas acima elencadas, utilizam 80% de sua carga horária com atividades presenciais.

Atendendo às especificidades trazidas pela organização didática institucional, a relação docente x estudante atende ao critério de 1 mediador para 40 estudantes, possibilitando melhor acompanhamento no processo de aprendizagem e favorecendo interações mais significativas e alinhadas com a realidade de cada turma.

As atividades EaD serão previamente produzidas com suporte da equipe multidisciplinar CEaD, e utilizarão ambiente virtual de aprendizagem. Os materiais didáticos deverão ser selecionados, organizados e/ou desenvolvidos pelo professor mediador, que é o mesmo professor que estará em sala de aula durante as aulas presenciais, e disponibilizados por meio do AVEA.

Os materiais didáticos dividem-se em duas frentes:

- 1) Livro didático e/ou material didático, desenvolvido ou selecionado pelo mediador responsável pelo componente curricular.
- 2) Conteúdos didáticos, videoaulas, podcasts e artigos organizados de forma intencional e significativa no ambiente virtual de ensino-aprendizagem.

Os materiais a serem utilizados no curso deverão considerar as necessidades dos/das estudantes com condições específicas (deficiências e limitações motoras), tanto no que se refere ao modo como utilizam o computador, a internet e os recursos digitais, quanto no que diz respeito a acessibilidade do AVEA e dos recursos didáticos.

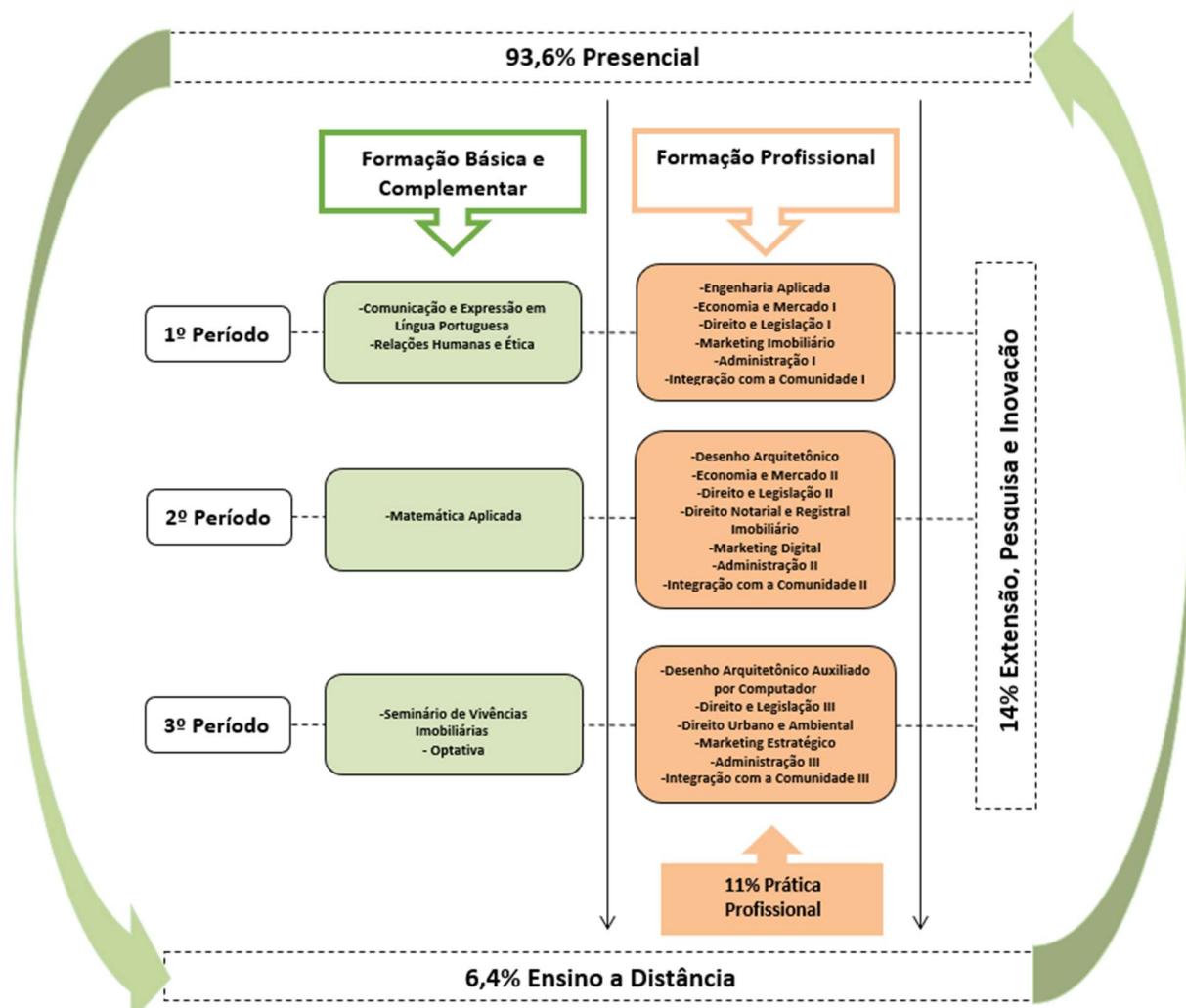
O docente responsável pela mediação pedagógica na educação a distância neste componente curricular, possui experiência nessa modalidade e está capacitado, mediante conclusão de programa de capacitação institucional (quadro 1), além de continuar em processo de formação continuada.

Quadro 1: Experiência do professor que ministra componente curricular a distância

Nome do Professor/Tutor	Componente Curricular	Experiência com a modalidade a distância (EaD)
-------------------------	-----------------------	--

Gilmar Bolsi	Direito e Legislação I Direito Urbano e Ambiental	<p>Cursos realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso das TICs na Educação - O Papel do Docente no Uso das TICs - Ferramentas Tecnológicas no Processo de Ensino e Aprendizagem - Plataformas de Ensino e Aprendizagem <p>*Atua como mediador EaD no curso de Técnico em Defesa Civil</p>
--------------	--	--

4.6 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR



4.7 MATRIZ CURRICULAR

O quadro 2 apresenta a matriz curricular do curso Técnico em Transações Imobiliárias.

Quadro 2: Matriz Curricular

Componentes Curriculares		CH	EaD	Prática Profissional	Extensão, Pesquisa e Inovação
1º período	Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa	30	-	-	-
	Relações Humanas e Ética	30	-	-	-
	Engenharia Aplicada	30	-	-	-
	Economia e Mercado I	30	-	-	-

	Direito e Legislação I	60	-	-	-
	Administração I	30	-	-	-
	Marketing Imobiliário	30	-	-	-
	Integração com a Comunidade I	30	-	15	30
Subtotal		270	-	15	30
2º período	Matemática Aplicada	30	-	-	-
	Desenho Arquitetônico	30	-	10	-
	Economia e Mercado II	30	-	-	-
	Direito Notarial e Registral Imobiliário	30	-	-	-
	Direito e Legislação II	60	-	-	-
	Administração II	30	-	-	-
	Marketing Digital	30	-	-	-
	Integração com a Comunidade II	30	-	15	30
Subtotal		270	-	25	30
3º período	Desenho Arquitetônico Auxiliado por Computador	30	-	10	-
	Direito e Legislação III	30	-	-	-
	Administração III	30	-	-	-
	Marketing Estratégico	30	-	10	-
	Direito Urbano e Ambiental	60	52	-	-
	Seminário de Vivências Imobiliárias	30	-	-	24
	Optativa	30	-	-	-
	Integração com a Comunidade III	30	-	30	30
Subtotal		270	52	50	54
Carga horária total		810	52	90	114
Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado		120	-	-	-
Carga Horária total do curso					930

4.7.1 Componentes Curriculares Optativos

O quadro 3 apresenta os componentes curriculares optativos que serão ofertados no curso Técnico em Transações Imobiliárias.

Quadro 3: Componentes Curriculares Optativos

Componente Curricular	Carga Horária
Práticas Imobiliárias I	30 horas
Espanhol	30 horas
Libras	30 horas
Metodologia do Trabalho Acadêmico	30 horas

Modelagem 3D Básica	30 horas
Marketing Experiencial	30 horas

4.8 AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem escolar, é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação dos aspectos qualitativos comprehende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

O professor informará aos estudantes, por meio da apresentação do Plano de Ensino no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

- I - Avaliação escrita;
- II - Avaliação oral ou prático-oral;
- III - Avaliação prática;
- IV - Trabalho individual ou em grupo;
- V - Seminário;
- VI - Estudo de caso;
- VII - Resenhas e artigos;
- VIII - Relatório de atividades;
- IX - Relatório de visita técnica;
- X - Portfolio;
- XI - Webquest;
- XII - Autoavaliação;
- XIII - Dramatização;
- XIV - Desenho;
- XV - Maquete;
- XVI - Experimentação;
- XVII - Álbuns.

O docente adotará os instrumentos de avaliação que julgar mais adequado e eficiente, para a

promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar a escala de notas. Em cada ciclo deverá ser utilizado instrumentos diversos de avaliação.

É considerado aprovado o estudante que atender os seguintes critérios:

I - ter média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), nos cursos que possuem exame final.

II - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo;

O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no item I do artigo 218 têm direito a realização do exame para que seja feita a reposição das notas, atendido o critério de aprovação por assiduidade, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\text{Média do Período} + \text{Nota do Exame Final}}{2} \geq 5,0$$

O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado.

O estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação por meio de pedido protocolado na RACI no prazo de 3 (três) dias úteis após o fim do impedimento. E, que, após análise e parecer da RACI, em caso de deferimento, irá encaminhar ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação. O pedido de nova avaliação deve conter a justificativa e os documentos comprobatórios da ausência. Serão considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração assinada e com carimbo de servidor do Instituto Federal Catarinense dos setores de saúde (onde houver) ou do SISAE, declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação. Se houver algum caso não previsto acima, devem ser encaminhados ao colegiado de curso para análise e deliberação.

4.8.1 Sistema de avaliação do Curso (auto-avaliação realizada pelo NDB/NDE e/ou colegiado e avaliação realizada pela CPA)

A Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pressupõe que a avaliação do curso ocorra de modo a compreender a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para os currículos.

O sistema de avaliação do curso será definido com base na autoavaliação realizada pelo próprio curso, na avaliação Institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC além das avaliações do âmbito do MEC.

O acompanhamento da avaliação do curso é de competência da PROEN e PROPI, em articulação com a Procuradoria Educacional Institucional (PEI), as DEPEs dos campi, Coordenações de Cursos e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC.

4.9 EMENTÁRIO

4.9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

1º Semestre:

Componente Curricular	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária	30h
Ementa	Conceito de texto: gêneros textuais. Qualidades do texto: coesão, clareza, coerência, objetividade. A importância da escrita nas atividades profissionais. Os textos escritos e a imagem da empresa. Redação técnica. Oratória Moderna.		
Bibliografia Básica	PENTEADO, José Roberto Whitaker. A técnica da comunicação humana. 14ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 469 p. VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133 p. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 7ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 442 p.		
Bibliografia Complementar	ARGENTI, Paul A. Comunicação Empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 327 p. FERREIRA, Alípio do Amaral. Comunicação para a qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. 145 p. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2010. 432 p. POLITICO, Reinaldo. Como falar: corretamente e sem inibições. 111ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. 312 p. + 1 CD-ROOM (60 min.). WRIGHT, C. W. Aprenda a falar em público: manual prático para vencer as inibições ao enfrentar uma platéia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 189 p.		

Componente Curricular	RELAÇÕES HUMANAS E ÉTICA	Carga Horária	30h
Ementa	Introdução à Psicologia. Noções de comportamento organizacional. Relações humanas no trabalho. Grupos e equipes de trabalho. Comunicação organizacional e administração de conflitos. Ética nas relações de trabalho. Diversidade e relações étnico-raciais. Temas transversais: Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso. Educação alimentar e nutricional. Educação Étnico-Racial. Direitos humanos.		
Bibliografia Básica	DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda. A. P. Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 231 p. PASSOS, Elisete Silva. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas: Psicologia das relações interpessoais. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		

Bibliografia Complementar	<p>BRANDÃO, Ana Paula (Cord). Saberes e fazeres. vol. 1. Modos de ver. Rio de Janeiro:Fundação Roberto Marinho, 2006.</p> <p>DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo (SP): Pioneira, 1992, 194 p.</p> <p>MATSCHNIG, Monika. O corpo fala ilustrado: gestos reveladores e sinais eficazes. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2013.</p> <p>MOSCOVICI, Félia. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.</p> <p>WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. Relações humanas na família e no trabalho. 53^a ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2005. 245 p.</p>
----------------------------------	---

Componente Curricular	ENGENHARIA APLICADA	Carga Horária	30h
Ementa	O Corretor e a Engenharia, Construção Civil, Ambientes Imobiliários e Variáveis Imobiliárias.		
Bibliografia Básica	<p>LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos . Guia prático do corretor de imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo (SP): Atlas, 2007. 179p.</p> <p>AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até sua cobertura. 2a ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 182 p</p> <p>NEUFERT, Peter. A arte de projetar em arquitetura. São Paulo: G.Gili, 2010. 618p.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>VAN LENGEN, Johan. . Manual do arquiteto descalço. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004. 697 p.</p> <p>RAPOSO, Alexandre Tinel FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Curso formação de técnico em transações imobiliárias: ensino individualizado. Rio de Janeiro: CECAP, 1993. 48 p. (Direito e Legislação.)</p> <p>SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio Vieira. Manual básico de desenho técnico. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1997. 180 p.</p> <p>BROWN, G. Z.; DEKAY, M. Sol, vento & luz: estratégias para o projeto de arquitetura. 2^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 415 p.</p> <p>UNGERICHT JR, José Luiz. Apostila de Engenharia Aplicada – Notas de Aula – 2010. 35p.</p>		

Componente Curricular	ECONOMIA E MERCADO I	Carga Horária	30h
Ementa	Noções sobre economia. Divisão da economia. Problema econômico. Microeconomia.		
Bibliografia Básica	<p>SINGER , Paul. Aprender economia. 25^a ed. São Paulo: Contexto, 2011. 202 p.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20^a ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.</p> <p>PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de economia. 5^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 670 p.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BAIDYA, Tara Keshar Nanda; AIUBE, Fernando Antonio Lucena; MENDES, Mauro Roberto da Costa; BATISTA, Fábio Rodrigo Siqueira. Fundamentos de Microeconomia. Editora Interciência 2014 378. ISBN 9788571933514. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788571933514 Acesso em: 10 ago. 2022</p>		

	<p>FILGUEIRAS, Marcus Vinícius Cardoso. Compêndio de economia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011. 174 p.</p> <p>HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernandez. Microeconomia. Editora Intersaberes 2013 188 p. ISBN 9788582127445. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788582127445. Acesso em: 10 ago. 2022</p> <p>PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 6ª ed. rev. São Paulo: Cengage, 2012. xxiv, 670 p.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro, teoria e exercícios, glossário com 300 principais conceitos econômicos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. 453 p.</p>
--	--

Componente Curricular	DIREITO E LEGISLAÇÃO I	Carga Horária	60h
Ementa	Introdução ao estudo do direito imobiliário. Dos Bens. Negócios Jurídicos. Direito das Coisas: Posse; Propriedade; Direitos Reais. Direito das Obrigações: Adimplemento e inadimplemento das obrigações.		
Bibliografia Básica	<p>MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Direito das Coisas, 3ª ed. Editora Freitas Bastos - 2021 626 ISBN 9786556750330. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786556750330. Acesso em: 07 jul. 2022.</p> <p>AZEVEDO, Álvaro Vilaça. Curso de direito civil 5 - direito das coisas. 2. São Paulo 2019 0 ISBN 9788553610518. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/marc/ifc_camboriu_24022021_2603602. Acesso em: 07 jul. 2022.</p> <p>FIUZA, César. Direito civil: curso completo. 15. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. 1192 p. ISBN 9788538401650.(Número de chamada: 347 F565d - 8 exemplares)</p>		
Bibliografia Complementar	<p>AVVAD, Pedro Elias. Direito imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários. 4. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 674 p. ISBN 9788530951382. 2 exemplares.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil/ Direito das obrigações: parte geral. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 168 p. (Coleção sinopses jurídicas ; 5). ISBN 9788553618637. 2 exemplares.</p> <p>LUZ, Valdemar P. da. Direito imobiliário: fundamentos teóricos e práticos. 5. ed., rev. e ampl. Florianópolis, SC: Conceito, 2009. 462 p. ISBN 9788578740771. (Número de chamada: 347.235 L979d - 6 exemplares)</p> <p>SANCHEZ, Júlio Cesar. Manual de prática de direito imobiliário. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2017. 243 p. ISBN. 9788576748984. 2 exemplares.</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: reais. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 748 p. (Coleção direito civil , 4). ISBN 9788597024265. 2 exemplares.</p>		

Componente Curricular	ADMINISTRAÇÃO I	Carga Horária	30h
Ementa	Conceito de empresa. Classificação e tipologia das empresas. Organização empresarial. Fundamentos da administração. Planejamento formal e estratégico. Liderança.		
Bibliografia Básica	<p>BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. Administração: novo cenário competitivo. 2a ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 673 p.</p> <p>JOHNSON, Gerry; SCHOLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. Fundamentos de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2011. 336 p.</p>		

	SILVA, Reinaldo Oliveira. Teorias da administração . 2 ^a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 480 p.
Bibliografia Complementar	<p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 28a ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 335 p</p> <p>WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J; PARNELL, John. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000. 433 p.</p> <p>RICCA, Domingos. Da empresa familiar à empresa profissional. São Paulo: Editora CLA, 2006. 96 p.</p> <p>DRUKER, P. Administrando em tempos de grande mudança. São Paulo: Pioneira, 1995. 93 p.</p> <p>TAVARES, Mauro Calixta. Gestão estratégica. 3^a ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 434 p.</p>

Componente Curricular	MARKETING IMOBILIÁRIO	Carga Horária	30h
Ementa	Fundamentos de Marketing. Marketing Mix no Setor Imobiliário. Sistemas de Informações em Marketing (SIM). Análise do Ambiente de Marketing. Segmentação de Mercado Alvo. Branding e Posicionamento da Marca.		
Bibliografia Básica	<p>GARCIA, J. L. Sistemas de informação de marketing. São Paulo: Editora Pearson, 2016. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/150960/pdf/0. Acesso em: 04 jul 2022.</p> <p>KOTLER F.; KELLER, K. L. Administração de marketing, 15. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019. 896 p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168126/pdf/23. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>RIBEIRO, Lais C. Gestão de marca e branding. Editora Intersaber 2021 184. ISBN 9786555179163. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786555179163. Acesso em: 07 jul. 2022</p>		
Bibliografia Complementar	<p>LOVELOCK, C.; WIRTZ, J. Marketing de Serviços: pessoas, tecnologia e resultado. 5. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011. 548p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/852/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>ROLON, Vanessa E. K.. Composto mercadológico: conceitos, ideias e tendências. Editora Intersaber 2018 216. ISBN 9788559728101. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788559728101. Acesso em: 07 jul. 2022</p> <p>VIRGILLITO, S. B. Pesquisa de marketing: uma abordagem quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/624364?title=Pesquisa%20de%20marketing. Acesso em: 04 jul 2022.</p> <p>YANAZE, M. H.; MARKUS, K. CARRILHO, K. Marketing fácil. São Paulo: Saraiva, 2012. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/582214?title=MARKETING%20F%C3%81CIL. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>ZEITHAML, V. A.; PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L. A excelência em serviços. São Paulo: Saraiva, 2014. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/581056?title=A%20excel%C3%A1ncia%20em%20servi%C3%A7os. Acesso em: 05 jul. 2022.</p>		

Componente Curricular	INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE I	Carga Horária	30h
Ementa	Atividades práticas para o desenvolvimento do trabalho de Pesquisa de Patologias na Infra-estrutura física do campus e apresentação do produto na ação de extensão Noite Imobiliária.		
Bibliografia Básica	AGAMBEN, Giorgio. A comunidade que vem. Editora Autêntica 106 ISBN 9788582171370. ARAÚJO, João Célio de et al. (Org.). Pesquisa e extensão no fortalecimento das demandas econômicas, sociais e culturais locais no âmbito do IFC. Blumenau: IFC, 2014. 93 p. ISBN 9788568261019. Número de chamada:001(048.1) P474 AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até sua cobertura. 2a ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 182 p		
Bibliografia Complementar	VAN LENGEN, Johan. . Manual do arquiteto descalço. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004. 697 p. RAPOSO, Alexandre Tinel FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Curso formação de técnico em transações imobiliárias: ensino individualizado. Rio de Janeiro: CECAP, 1993. 48 p. (Direito e Legislação.) SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgilio Vieira. Manual básico de desenho técnico. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1997. 180 p. BROWN, G. Z.; DEKAY, M. Sol, vento & luz: estratégias para o projeto de arquitetura. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 415 p. UNGERICHT JR, José Luiz. Apostila de Engenharia Aplicada – Notas de Aula – 2010. 35p.		

2º Semestre:

Componente Curricular	MATEMÁTICA APLICADA	Carga Horária	30h
Ementa	Geometria Plana: área e perímetro. Regra de Três. Porcentagem. Capitalização simples: juros simples. Capitalização composta: juros compostos. Rendas. Sistemas de Amortização.		
Bibliografia Básica	DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar, 9: geometria plana. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. FERREIRA, Paulo Vagner. Matemática financeira na prática. Editora Intersaberes - 2019. <i>E-book.</i> Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788522700691 . Acesso em: 04 jul. 2022 MÁRCIO BARRETO. Trama matemática: Princípios e novas práticas no ensino médio. Papirus Editora – 2013. <i>E-book.</i> Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788530810214 . Acesso em: 04 jul. 2022		
Bibliografia Complementar	CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. Matemática financeira aplicada. Editora Intersaberes - 2020 DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto & aplicações: volume 3. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.		

	<p>DANTE, Luiz Roberto. Matemática ensino médio: contexto e aplicações. volume único. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática Financeira com HP 12C e Excel: uma abordagem descomplicada - 2a edição. Editora Pearson – 2009.</p> <p>ORGANIZADOR ANDRÉ WAKAMATSU. Matemática financeira, 2a ed. Editora Pearson - 2018</p>
--	---

Componente Curricular	DESENHO ARQUITETÔNICO	Carga Horária	30h
Ementa	Introdução ao Desenho Técnico, Materiais de Desenho, Caligrafia Técnica, Escala, Vistas Ortográficas. Elementos do projeto arquitetônico. Identificação de medidas e informações em projeto, planta baixa, cortes e fachadas, leitura de projetos.		
Bibliografia Básica	<p>CHING, Frank. Representação gráfica em arquitetura. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 256 p. ISBN 9788577807789. (Número de chamada: 72.013 C539r - 5 exemplares)</p> <p>MONTENEGRO, Gildo. Geometria descritiva: volume I: desenho e imaginação na construção do espaço 3-D. 1.ed. digital. São Paulo: Editora Blucher, 2018. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158950/pdf/0. Acesso em: 04 jul 2022.</p> <p>NEUFERT, Peter. Arte de projetar em arquitetura. São Paulo: G.Gili, 2010. 618p. (Número de chamada: 728.011.1 N482a - 5 exemplares)</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CHING, Francis D.K. Dicionário visual de arquitetura. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 319 p. ISBN 9788578272500. (Número de chamada: 030.2:72.011 C539d - 2 exemplares)</p> <p>FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p. ISBN 8525007331 (broch.). (Número de chamada: 744 F873d - 5 exemplares)</p> <p>MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. 1. ed. digital. São Paulo: Editora Blucher, 2018. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158958/pdf/0. Acesso em: 04 jul 2022.</p> <p>VAN LENGEN, Johan. Manual do arquiteto descalço. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 707 p. (Número de chamada: 691 V336m - 4 exemplares)</p> <p>ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 286 p. (Mundo da arte). ISBN 9788578270841. Número de chamada: 72 Z63s (2 exemplares)</p>		
Conteúdos Integradores	Matemática (escalas, unidades, regra de três, operações básicas, cálculo de áreas). Engenharia Aplicada (elementos arquitetônicos, elementos construtivos).		

Componente Curricular	ECONOMIA E MERCADO II	Carga Horária	30h
Ementa	Noções macroeconômicas. Noções sobre o comércio internacional. Noções sobre desenvolvimento econômico.		
Bibliografia Básica	<p>SINGER, Paul. Aprender economia. 25^a ed. São Paulo: Contexto, 2011. 202 p.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20^a ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.</p>		

	<p>PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de economia. 5^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>
Bibliografia Complementar	<p>FILGUEIRAS, Marcus Vinícius Cardoso. Compêndio de economia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.</p> <p>HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernandez. Microeconomia. Editora Intersaberes 2013 188 p. ISBN 9788582127445. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788582127445. Acesso em: 10 ago. 2022</p> <p>LEDA Maria Paulani; BRAGA, Márcio Bobik. A Nova Contabilidade Social. 5. São Paulo 2020 0 ISBN 9788571441118. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/marc/ifc_camboriu_24022021_2603602. Acesso em: 10 ago. 2022</p> <p>PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 6^a ed. rev. São Paulo: Cengage, 2012. xxiv, 670 p.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro, teoria e exercícios, glossário com 300 principais conceitos econômicos. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>

Componente Curricular	DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL IMOBILIÁRIO	Carga Horária	30h
Ementa	<p>Lei nº. 6.015/73 – Lei de registros públicos. Lei nº. 8.935/94 – Serviços notariais e de registro. Protestos de títulos e documentos. Execução extrajudicial dos contratos de alienação fiduciária. Análise de escritura pública e matrícula do registro de imóveis. Procedimentos e demandas nos cartórios. Procedimento de dúvida. Processo de retificação de registro. Registro de escrituras e contratos no cartório de registro de imóveis e registro de contratos e documentos nos tabelionatos.</p>		
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Lucas Fernando de. Registro de Imóveis. Editora Intersaberes 2020 235. ISBN 9786555177459. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786555177459. Acesso em: 05 jul. 2022</p> <p>DCASSETTARI, Christiano; SERRA, Monete Hipólito; SERRA, Márcio Guerra. Registro de imóveis. Editora Foco 2020 440. ISBN 9786555150803. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786555150803. Acesso em: 05 jul. 2022</p> <p>EMCHUK, Natália Gonçalves Da Rocha Loures. Notários e registradores. Contentus 2020 96. ISBN 9786557455227. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786557455227. Acesso em: 06 jul. 2022</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CENEVIVA, Walter. Lei dos notários e dos registradores comentada: Lei n. 8.935/94. 8. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 350 p. ISBN 9788502095014. (Número de chamada: 347.136 C3951 – 3 exemplares)</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Sistemas de registros de imóveis. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 747 p. ISBN 9788502087705. (Número de chamada: 347.136 D585s – 4 exemplares)</p> <p>LUZ, Valdemar P. da. Contratos, Procurações, Requerimentos e outros documentos. 12^a ed. Florianópolis: Conceito Editora, 2009.</p>		

	<p>SALLES, Venício Antonio de Paula. Direito registral imobiliário. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. 201p. ISBN 978-85-02-06240-5. (Número de chamada: 347.235 S168d – 2 exemplares)</p> <p>SILVA, Franciny Beatriz Abreu de Figueiredo e. Prática de registro de imóveis. 2. ed. rev., atual. e ampl. Florianópolis, SC: Conceito, 2010. 444 p. ISBN 9788578740788.(Número de chamada: 347.234 S586p – 5 exemplares)</p>
--	--

Componente Curricular	DIREITO E LEGISLAÇÃO II	Carga Horária
Ementa	Dos contratos parte geral. Espécies de contratos. Desenvolvimento de contratos: Aplicação Prática dos contratos. Lei do Inquilinato. Lei do corretor de imóveis.	
Bibliografia Básica	<p>DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 3. Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Contratos. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022. 645p. ISBN 9786553780088. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198501/pdf/0. Acesso em: 06 jul. 2022.</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Lei do Inquilinato Comentada: Doutrina e Prática: Lei nº 8.245/91. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	
Bibliografia Complementar	<p>AVVAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário: Teoria Geral e Negócios Imobiliários, 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.</p> <p>GALVANO, Renato Rodrigues Costa. A boa-fé objetiva no âmbito dos contratos relacionais. Belo Horizonte: Editora Del Rey BVU, 2021 166p. ISBN 9786555330168. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197078 epub/0. Acesso em 06 jul. 2022.</p> <p>GOMES, Orlando. Contratos. 26. ed. rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 627 p. ISBN 9788530925208. (Número de chamada: 347.4 G633c – 2 exemplares)</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes. Locação e despejo. 3.ed Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018, 371p. ISBN 9788593741265. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185210/pdf/0. Acesso em: 06 jul. 2022.</p> <p>MILAGRES, M. de O. Contratos imobiliários: Impactos da pandemia do coronavírus. Indaiatuba: Editora Foco, 2020. 128p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/188649 epub. Acesso em: 04 jul. 2022.</p>	

Componente Curricular	ADMINISTRAÇÃO II	Carga Horária
Ementa	Perfil do Vendedor, Tipos de Vendas, Técnicas de Vendas, Técnicas de Negociação, Gestão de Vendas. Qualidade em Vendas.	
Bibliografia Básica	<p>GOBE, Antonio Carlos; PASQUALE, Perrotti Pietrangelo; MOREIRA, Julio Cesar Tavares; FISCHER, Cesar Henrique; SOUZA, José Júlio de. Administração de vendas. 2. São Paulo 2007. ISBN 9788502108585. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/marc/ifc_camboriu_24022021_2603602. Acesso em: 06 jul. 2022</p> <p>ORGANIZADOR CLEYTON IZIDORO. Administração de vendas. Editora Pearson, 2016, 131 p. ISBN 9788543016962. <i>E-book</i>. Disponível em:</p>	

	<p>https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788543016962. Acesso em: 06 jul. 2022</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Técnicas de vendas. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>
Bibliografia Complementar	<p>DRUCKER, Peter Ferdinand. Administrando em tempos de grande mudança. São Paulo: Pioneira, 1995.</p> <p>RICCA, Domingos. Da empresa familiar à empresa profissional. São Paulo: Editora CLA, 2006. 96 p.</p> <p>SAMARA, Beatriz Santos; MORSH, Marco Aurélio. Comportamento do consumidor: conceitos e casos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>THOMPSON, Leigh L. O Negociador. 1a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.</p> <p>WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J; PARRELL, John. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000. 433 p.</p>

Componente Curricular	MARKETING DIGITAL	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos essenciais de Marketing digital. Presença Digital. Jornada de Compra. Funil de Vendas. Gestão de Relacionamento com o Cliente. Plataformas e Tecnologias Digitais. Estratégias Digitais de Marketing.		
Bibliografia Básica	<p>GABRIEL, Martha. Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Novatec, 2014. 424 p. ISBN 9788575222577. Número de Chamada: 658.8:681.3.02 G118m - 5 exemplares)</p> <p>TORRES, Cláudio. A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2018. 351 p. ISBN 9788575227169.</p> <p>MOTHERSBAUGH, David L.; HAWKINS, Del I. Comportamento do consumidor: construindo a estratégia de marketing. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. 604 p. ISBN 9788535287912.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>GIACOMETTI, Henrique B. Ferramentas do Marketing: do Tradicional ao Digital. Editora Intersaberes 2020 190. ISBN 9786555175660. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786555175660. Acesso em: 07 jul. 2022</p> <p>RIBEIRO, Lais C. Gestão de marca e branding. Editora Intersaberes 2021 184. ISBN 9786555179163. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786555179163. Acesso em: 07 jul. 2022</p> <p>LIMEIRA, T. M. V. Comportamento do Consumidor Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/621879?title=Comportamento%20do%20consumidor%20brasileiro. Acesso em: 04 jul. 2022</p> <p>ROCA, Ricardo; SZABO Viviane. Gestão do relacionamento com o cliente. Editora Pearson 2016 132 p. ISBN 9788543016580. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788543016580. Acesso em: 07 jul. 2022</p>		

	DA LUZ, Victoria V. Comportamento do consumidor na era digital . Contentus 2020 141. ISBN 9786557451786. E-book. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786557451786 . Acesso em: 07 jul. 2022
--	--

Componente Curricular	INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE II	Carga Horária	30h
Ementa	Pesquisa de mercado para análise das plantas baixas dos imóveis lançados recentemente. Interpretação de projetos imobiliários, padrões arquitetônicos, tamanhos de ambientes, acabamentos. Relação da planta baixa com índices urbanísticos e coeficientes de aproveitamento. Preparação de um poster para publicação no evento do curso.		
Bibliografia Básica	<p>CHING, Frank. Representação Gráfica em Arquitetura. 3^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 192 p.</p> <p>NEUFERT, Peter. A arte de projetar em arquitetura. São Paulo: G.Gili, 2010. 618 p.</p> <p>TREVISAN, R. Estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos Imobiliários. (n.p.): CreateSpace Independent Publishing Platform, 2016.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CHING, Frank; BINGGELI, Corky. Arquitetura de interiores: ilustrada. 2^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 352 p.</p> <p>MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura. 2^a ed. rev. e ampl. São Paulo (SP): E. Blucher, 1985. 142 p.</p> <p>NEIZEL, Ernst. Desenho Técnico para Construção Civil. São Paulo: EUP e EDUSP. Editora Pedagógica Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 68 p.</p> <p>STAMATO, José. Introdução ao Desenho Técnico. Rio de Janeiro: FENAME, 1988.</p> <p>VAN LENGEN, Johan. Manual do arquiteto descalço. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004. 697 p.</p>		
Conteúdos Integradores	Desenho Arquitetônico (planta baixa, desenho técnico, elementos do projeto); Matemática Financeira (cálculo e valorização); Economia e Mercado (análise do mercado, comparação histórica).		

3º Semestre:

Componente Curricular	DESENHO ARQUITETÔNICO AUXILIADO POR COMPUTADOR	Carga Horária	30h
Ementa	Desenhos bidimensionais com utilização de aplicação de desenho auxiliado por computador. Utilização de CAD na nuvem. Treinamento no software. Colaboração em arquivos DWG. Compartilhamento. Visualização on-line.		
Bibliografia Básica	<p>CHING, Frank. Representação gráfica em arquitetura. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 256 p. ISBN 9788577807789. (Número de chamada: 72.013 C539r - 5 exemplares)</p> <p>PACHECO, Beatriz de Almeida; SOUZA-CONCILIO, Ilana de Almeida; PESSOA FILHO, Joaquim. Projeto assistido por computador. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017 224p. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49763/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>SILVEIRA, Samuel João da. AutoCAD 2020. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2020 312p. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/180254 epub/0. Acesso em: 05</p>		

	jun. 2022.
Bibliografia Complementar	<p>CHING, Francis D.K. Dicionário visual de arquitetura. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 319 p. ISBN 9788578272500. (Número de chamada: 030.2:72.011 C539d – 2 exemplares)</p> <p>FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 8. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Editora Globo, 2005. 1093p. ISBN 8525007331 (broch.). 1093 p. (744 F873d - 2 exemplares)</p> <p>NETTO, C. C.; MANZANO, J. A. N. G. Estudo dirigido de autocad 2019. São Paulo: Editora Érica, 2019. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/646822?title=ESTUDO%20DIRIGIDO%20DE%20AUTOCAD%202019. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>NEUFERT, Peter. Arte de projetar em arquitetura. São Paulo: G.Gili, 2010. 618p. (Número de chamada: 728.011.1 N482a - 5 exemplares)</p> <p>VENDITTI, M. V. R. Desenho Técnico sem Prancheta com AutoCAD 2010. Florianópolis: Visual Books, 2010. 346 p. (Número de chamada: 681.31.066.1AUT 452d – 5 exemplares)</p>
Conteúdos Integradores	Matemática (escalas, unidades, regra de três, operações básicas, cálculo de áreas). Engenharia Aplicada (elementos arquitetônicos, elementos construtivos). Desenho Arquitetônico (técnicas de desenho, representação técnica, arquitetura). Informática (arquivos na nuvem, email e compartilhamento de arquivos).

Componente Curricular	DIREITO E LEGISLAÇÃO III	Carga Horária	30h
Ementa	Noções gerais sobre o Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/1990. Incorporações Imobiliárias e Patrimônio de Afetação. Condomínio e Legislação do Corretor. A proteção do consumidor idoso e hipervulnerável, segundo o CDC. Tema transversal: Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso.		
Bibliografia Básica	<p>GAIO JUNIOR, Antônio Pereira – MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Defesa do Consumidor Comentado. 3. ed. São Paulo: Editora Freitas Bastos, 2021. 762p. ISBN 9786556750910. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197502/pdf/0. Acesso em: 06 jul. 2022.</p> <p>FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. FERNANDES, Sacco Neto. Manual de Direito do Consumidor.</p> <p>PILATTI, Marlou Santos Lima. Manual prático de incorporação imobiliária. 4. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2009. 153p. ISBN 9788536223957. (Número de chamada: 347.234 P637m – 6 exemplares)</p>		

Bibliografia Complementar	<p>ALMEIDA, Washington Carlos de. Direito imobiliário. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2013. 212 p. (Universitária) ISBN 9788535264746. (Número de chamada: 347.235 A447d – 2 exemplares)</p> <p>BARBOSA, Miguel Dehon Rodrigues. A responsabilidade civil e a sua grassa no direito contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Processo 2020. 359p. ISBN 9788593741647. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185348/pdf/0. Acesso em: 06 jul. 2022.</p> <p>MACHADO, João Ferreira; ARAÚJO, Edson José de. Como administrar um condomínio: teoria, prática, legislação, jurisprudência, sugestões, modelos e formulários. 2. ed. rev. e atual. Goiania: AB, 2004. 231p. ISBN 8574980978. Número de chamada: 347.238:658 M149C – 5 exemplares)</p> <p>SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito imobiliário: teoria e prática. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. 1343 p. ISBN 9788530937775. (Número de chamada: 347.235 S288d – 5 exemplares)</p> <p>VIEIRA, Iacyr de Aguilar. A autonomia da vontade no código civil brasileiro e no código de defesa do consumidor. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.90, n.791.</p>
----------------------------------	---

Componente Curricular	ADMINISTRAÇÃO III	Carga Horária
Ementa	Conceituado empreendedorismo e suas particularidades. Plano de Negócios. Business Model Canvas. Lean Canvas. Identificação e aproveitamento de oportunidades. Inovação.	30h
Bibliografia Básica	<p>DEGEN, Ronald. Empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2009.</p> <p>CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU (PROFESSORA) (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p. ISBN 9788522449767.</p> <p>OSTERWALDER, Alexander. Business model generation: inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. ISBN 9788576085508.</p>	
Bibliografia Complementar	<p>HASHIMOTO, M.; BORGES, C. Empreendedorismo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/662924?title=Empreendedorismo. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>RIES, Eric. A startup enxuta: como usar a inovação contínua para criar negócios radicalmente bem-sucedidos. Rio de Janeiro: Sextante, [2019]. 286 p. ISBN 9788543108629. Número de chamada: 658.012.4 R559s (1 exemplar)</p> <p>TAJRA, S. F. Empreendedorismo. São Paulo: Érica, 2021. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/742875?title=Empreendedorismo. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>MARUYA, A. Comece sua startup enxuta. São Paulo: Saraiva, 2017. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/625272?title=Comece%20sua%20startup%20enxuta. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2007. xviii, 278 p. ISBN 9788502049888.</p>	

Componente Curricular	MARKETING ESTRATÉGICO	Carga Horária	30h
Ementa	Planejamento Estratégico de Marketing. Marketing Estratégico, Tático e Operacional. Plano de Marketing. Etapas de um Plano de Marketing: Planejamento, Implementação, Avaliação e Controle. Elaboração de um Plano de Comunicação Integrada de Marketing. Briefing.		
Bibliografia Básica	<p>AMBRÓSIO, Vicente. Plano de Marketing. 2.ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011. 250p. ISBN 9788564574380. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3275/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>MICELI, André Lima C.; SALVADOR, Daniel O. Planejamento de Marketing Digital - 2ª Edição. Editora Brasport 2017 0. ISBN 9788574528281. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788574528281. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>ODGEN, James R.; CRESCITELLI, Edson. Comunicação Integrada de Marketing: conceitos, técnicas e práticas. São Paulo: Editora Pearson. 2007. 206p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/405/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>HOOLEY, Graham J; PIERCY, Nigel; NICOULAUD, Brigitte. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. xvi, 439 p. ISBN 9788576058090. (Número de chamada: 658.8 H784e - 3 exemplares)</p> <p>KOTLER F.; KELLER, K. L. Administração de marketing, 15. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019. 896 p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168126/pdf/23. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>ROCHA, Marcos D. A.; TREVISAN, Nanci M. Comunicação Integrada de Marketing. 1. São Paulo 2018 0. ISBN 9788553131464. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/marc/ifc_camboriu_24022021_2603602. Acesso em: 07 jul. 2022</p> <p>RODRIGUES, A. (org). Métricas de marketing. São Paulo: Editora Pearson, 2018. 211p. ISBN 9788543017877. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37361/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>YANAZE, M. H. Gestão de Marketing e Comunicação. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/epub/729988?title=GEST%C3%83O%20DE%20MARKETING%20E%20COMUNICA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 05 jul. 2022.</p>		

Componente Curricular	DIREITO URBANO E AMBIENTAL	Carga Horária	60h
Ementa	Direito à cidade. Direito à moradia. Função Social da propriedade urbana. Estatuto da Cidade. Plano diretor. Da Ordenação de Uso e Ocupação do Solo. Regularização Fundiária Urbana. Mobilidade Urbana. Cidades e comunidades sustentáveis. Política nacional do meio ambiente e Crimes ambientais. Sustentabilidade socioambiental. Modalidades de meio ambiente. Responsabilidade por danos causados ao meio ambiente. Tema transversal: Educação ambiental.		

Bibliografia Básica	<p>MATTHES, Rafael. Manual de Direito Ambiental. Editora Rideel. 1^a ed., São Paulo, 2020. ISBN 9786557380208. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786557380208. Acesso em: 06 jul. 2022</p> <p>RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. Cidade Sustentável, Direito Urbanístico e Ambiental: Instrumento de Planejamento. Ed. Educs. Caxias do Sul. 2018. ISBN 9788570618160. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788570618160. Acesso em: 06 jul. 2022</p> <p>SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 470 p. ISBN 9788574209913. (Número de chamada: 711.4(094.3) S586d – 5 exemplares)</p>
Bibliografia Complementar	<p>FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. 902 p. ISBN 9788502147423. (Número de chamada: 349.6 F552c – 3 exemplares)</p> <p>HUMBERT, Georges Louis Hage. Curso de direito urbanístico e das cidades. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2017. 189 p. ISBN 9788595240131. 2 exemplares.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 21. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2013. 1311 p. ISBN 9788539201556. (Número de chamada: 349.6 M149d – 2 exemplares)</p> <p>MIRANDA, Robinson Nicácio de. Direito Ambiental. São Paulo: Rideel, 2009. 154 p. (Direito Rideel). ISBN 9788533911390. (Número de chamada: 349.6 M672d – 2 exemplares)</p> <p>RECH, Adir Ubaldo ; COIMBRA, Diego. A cidade: uma construção interdisciplinar. Editora Educs 2016, 281 p. ISBN 9788570618405. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788570618405. Acesso em 06 jul. 2022</p>

Componente Curricular	SEMINÁRIO DE VIVÊNCIAS IMOBILIÁRIAS	Carga Horária	30h
Ementa	Discussão e Seleção dos Temas, Preparação para apresentação, Apresentação dos Seminários, Avaliação dos Seminários.		
Bibliografia Básica	<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7^a ed. rev. e amp. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 225 p.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.</p> <p>LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia prático do corretor de imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo (SP): Atlas, 2007. 179 p.</p> <p>LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica - texto acadêmico - diário de pesquisa - metodologia . São Paulo: Parábola, 2012. 116 p.</p> <p>TRAVASSOS, Ari. Criando Competências - corretagem imobiliária: teoria e prática. Ed.All Print. 2009. 361 p.</p> <p>TRAVASSOS, Ari. Corretagem de imóveis de A a Z: um glossário para esclarecer muitas dúvidas, tanto dos profissionais imobiliários quanto dos leigos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 125 p.</p>		

Componente Curricular	INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE III	Carga Horária	30h
Ementa	Pesquisa de tendências e atualidades no mercado imobiliário para definição dos temas e atrações para o evento: Semana Acadêmica. Elaboração de uma lista com informações e contatos de palestrantes. Ações básicas para a divulgação da Semana Acadêmica. Elaboração de relatório sobre as ações desenvolvidas no levantamento de ideias e na divulgação da Semana Acadêmica.		
Bibliografia Básica	<p>PEARSON, Academia. Criatividade e Inovação. Editora Pearson 2010 150 p. ISBN 9788576058847. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788576058847. Acesso em: 08 jul 2022.</p> <p>GIACAGLIA, Maria C. Gestão estratégica de eventos: teoria, prática, casos, atividades. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xvi, 232 p. ISBN 9788522109579. (Número de chamada: 338.48-61 G429g – 2 exemplares). <i>E-book</i>. Disponível em: https://pergamumweb.ifc.edu.br/pergamumweb_ifc/vinculos/000010/00001091.jpg. Acesso em: 08 jul 2022.</p> <p>ODGEN, James R; CRESCITELLI, Edson. Comunicação Integrada de Marketing: conceitos, técnicas e práticas. São Paulo: Editora Pearson. 2007. 206p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/405/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CESCA, Cleuza G. Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Summus, 2008. 195 p. ISBN 9788532304018. (Número de chamada: 338.48-61 C421o – 2 exemplares)</p> <p>FORTES, Waldyr Gutierrez; SILVA, Mariângela Benine Ramos. Eventos. São Paulo: Summus Editorial, 2011. 229p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35448/pdf/0. Acesso em: 05 jul 2022.</p> <p>MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2010. 195 p. ISBN 9788520430231. (Número de chamada: 338.48-61 M433o – 7 exemplares). <i>E-book</i>. Disponível em: https://pergamumweb.ifc.edu.br/pergamumweb_ifc/vinculos/000014/0000147b.jpg. Acesso em: 08 jul 2022.</p> <p>ROGERS, Tony; MARTIN, Vanessa. Eventos: planejamento, organização e mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011. 167 p. (Coleção Eduardo Sanovicz de turismo). ISBN 9788535245523. (Número de chamada: 338.48-61 R724e – 5 exemplares)</p> <p>ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 340 p. ISBN 9788522450237. (Número de chamada: 338.48-61 Z28m – 2 exemplares)</p>		

4.9.2 Componente Curriculares Optativos

Componente Curricular	PRÁTICAS IMOBILIÁRIAS I		30h
Ementa	Introdução à venda de imóveis. Atributos dos imóveis. Vocabulário imobiliário. Regulamentação da Profissão. Código de Ética Profissional dos Corretores de Imóveis.		
Bibliografia Básica	<p>LINDBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia prático do corretor de imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 179 p. ISBN 9788522443987. (Número de chamada: 332.721.07 L744g - 6 exemplares)</p> <p>TRAVASSOS, Ari. Corretagem de imóveis de A a Z: um glossário para esclarecer muitas dúvidas, tanto dos profissionais imobiliários quanto dos leigos. Rio de Janeiro:</p>		

	<p>Qualitymark, 2006. 125p. ISBN 8573036281. (Número de chamada: R 030.2:347.4 T779c. - 6 exemplares)</p> <p>HALFELD, Mauro. Seu imóvel: como comprar bem .2. ed. rev. atual. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008. 134p. ISBN 9788576763741. (Número de chamada: 347.234 H169s - 5 exemplares)</p>
Bibliografia Complementar	<p>COMÉRCIO e serviços imobiliários. Curitiba: Editora Intersaber, 2015 204p <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/26916/pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.</p> <p>GESTÃO imobiliária. Curitiba: Editora Intersaber, 2014. 144p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/14890/pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.</p> <p>RAIMUNDO, Celso Pereira. Dicionário imobiliário. 4. ed. Tubarão: Ed. Copiart, 2011. 318 p. ISBN 9788599544555. (Número de chamada: 030.2:347.453 R153d - 1 exemplar)</p> <p>TRAVASSOS, Ari. Como comprar e vender imóveis: informações e soluções. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. 135 p. ISBN 9788573036916. (Número de chamada: 332.72 T779c - 2 exemplares)</p> <p>ZENUN, Augusto. Da compra e venda e da troca. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 143p. ISBN 8530907698. (Número de chamada: 347.751 Z56d - 2 exemplares)</p>

Componente Curricular	ESPAÑOL	30h
Ementa	“Ementa definida em PPC institucional do CLIFC”	
Bibliografia Básica	<p>OSMAN, Soraia et al. Enlaces 1: español para jóvenes brasileños. 2. ed. São Paulo: MACMILLAN, 2010. 208 p. ISBN 9788574187303. (Número de chamada: 806.0:37 E56 – 8 exemplares)</p> <p>OSMAN, Soraia et al. Enlaces 2: español para jóvenes brasileños . 2. ed. São Paulo: MACMILLAN, FNDE, 2010. 240 p. (Número de chamada: 806.0:37 E56 – 13 exemplares)</p> <p>OSMAN, Soraia et al. Enlaces 3: español para jóvenes brasileños . 2. ed. São Paulo: MACMILLAN, FNDE, 2010. 240 p (Número de chamada: 806.0:37 E56 – 9 exemplares)</p>	
Bibliografia Complementar	<p>ALVES, Adda-Nari M.; MELLO, Angélica. Mucho éxito : español: volume 1. São Paulo: Moderna, 2010. 188 p. + CD-ROM. - ISBN 9788516067304. (Número de chamada: 806.0:37 A474m – 4 exemplares)</p> <p>BLASCO, Cecília. Fale tudo em Espanhol: um guia completo de conversação para você se comunicar no dia-a-dia, em viagens, reuniões de negócios, eventos sociais, entrevistas e muitas outras situações. São Paulo: Disal, 2008. 243 p. + 1 CD-ROOM. - ISBN 9788578440060. (Número de chamada: 806.0:37 B644f – 16 exemplares)</p> <p>BRUNO, Fátima Aparecida Teves Cabral; MENDOZA, Maria Angélica Costa Lacerda. Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica : nível básico. São Paulo: Saraiva, 2009. 239 p. + CD-ROM. - ISBN 9788502044791. (Número de chamada: 806.0:37 B898h – 4 exemplares)</p> <p>ERES FERNÁNDEZ, Gretel (Coord.). Gêneros textuais e produção escrita: teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBEP, 2012. 208 p. ISBN 9788534232104. (Número de chamada: 806.0:37 G326 – 3 exemplares)</p> <p>ROMERO DUEÑAS, Carlos; GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. Gramática del</p>	

	español lengua extranjera: [normas recursos para la comunicación]. Madri: Edelsa, 2011. 288 p. ISBN 9788577117179. (Número de chamada: 806.0-5 R763g – 3 exemplares)
--	---

Componente Curricular	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS		30h
Ementa	“Ementa definida em PPC institucional do CLIFC”		
Bibliografia Básica	<p>FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 103 p. ISBN 9788577060047. (Número de chamada: 800.95 S961 – 10 exemplares)</p> <p>GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007. 150 p. ISBN 9788585683803. (Número de chamada: 376.353 G915p – 10 exemplares)</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. ISBN 9788536303086. (Número de chamada: 800.95 Q11 – 10 exemplares)</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 158 p. (Trajetória; 5). ISBN 8575260014. (Número de chamada: 376.353 B748l – 3 exemplares)</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). Dicionário encyclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 2 v. ISBN 8531406692. (Número de chamada: R 030.2:800.95 D545 – 2 exemplares)</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 102 p. (Temas & educação; 5.). ISBN 978-85-7526-283-2. (Número de chamada: 376.353 L864s – 2 exemplares)</p> <p>SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007. 268 p. ISBN 9788585689834. (Número de chamada: 800.95 S232s – 3 exemplares)</p> <p>SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 123 p. ISBN 9788536228280. (Número de chamada: (Número de chamada: 800.95 S628e – 2 exemplares)</p>		

Componente Curricular	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO		30h
Ementa	Trabalhos acadêmicos: tipologia, aplicação, características. Seleção de materiais para pesquisa científica. Normas técnicas: citações, referências, sumário, apresentação dos trabalhos acadêmicos. Formatação de trabalhos acadêmicos. Resumo.		
Bibliografia Básica	<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 5^a ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 312 p.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
Bibliografia Complementar	ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica: Princípios e fundamentos. Editora Blucher, 2021. ISBN 978555062236		

	<p>BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como produzir textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Editora Contexto, 2021.</p> <p>DE CARVALHO, Maria Cecília M. Construindo o saber:: Metodologia científica-Fundamentos e técnicas. Papirus Editora, 2021. ISBN 9786556500935</p> <p>CERVO, Amado L. Metodologia Científica. 6^a ed. São Paulo: Pearson, 2007.162 p.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.</p>
--	--

Componente Curricular	MODELAGEM 3D BÁSICA	Carga Horária
Ementa	Princípios do desenho em três dimensões. Interface da aplicação gráfica. Modelagem de formas básicas. Ferramentas de criação. Ferramentas de modificação. Componentes e texturas. Biblioteca de modelos. Sombras e exportação de arquivos.	30 h
Bibliografia Básica	<p>CAVASSANI, Glauber. Sketchup Pro 2016. 1. São Paulo 2017 240. ISBN 9788536524986. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/marc/ifc_camboriu_24022021_2603602 Acesso 12 jul. 2022.</p> <p>GASPAR, João. Google SketchUp Pro 8 passo a passo. ProBooks 2017 235. ISBN 9788561453138. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788561453138. Acesso em: 12 jul. 2022.</p> <p>PACHECO, Beatriz de Almeida; SOUZA-CONCILIO, Ilana de Almeida; PESSOA FILHO, Joaquim. Projeto assistido por computador. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017 224p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49763/pdf/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p>	
Bibliografia Complementar	<p>DEBATIN NETO, Arnoldo. Desenhando com o Google SketchUp. Florianópolis: Visual Books, 2010.</p> <p>FERRARO, Norimar. Processo de modelagem digital BIM. Contentus 2021 97. ISBN 9786559354948. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9786559354948. Acesso em 12 jul. 2022.</p> <p>MICHELE DAVID DA CRUZ. Projeções e Perspectivas para Desenhos Técnicos. 1. São Paulo 2014 0. ISBN 9788536526409. <i>E-book</i>. Disponível em: https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/marc/ifc_camboriu_24022021_2603602 Acesso 12 jul. 2022.</p> <p>OLIVEIRA, Marcos Bandeira. Google SketchUp Pro: aplicado ao projeto arquitetônico. São Paulo: Novatec Editora, 2010.</p> <p>SILVEIRA, Samuel João da. AutoCAD 2020. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2020 312p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/180254/epub/0. Acesso em: 05 jul. 2022.</p>	30 h

Componente Curricular	MARKETING EXPERIENCIAL	Carga Horária
Ementa	A natureza da experiência de consumo. Características do marketing de experiência. A experiência do cliente. Mapeamento da jornada do cliente. Gestão do relacionamento com foco na experiência do cliente. Modelos Estratégicos da experiência do cliente. Plano estratégico da experiência do cliente.	30 h

Bibliografia Básica	<p>MADRUGA, Roberto. Gestão do relacionamento e customer experience: A revolução na experiência do cliente. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>CARLOS JUNIOR, Manoel. Experiencialize! Os 7 passos para transformar produtos e serviços em experiências. - 2^a edição - Taubaté, SP, 2018</p> <p>MOTHERSBAUGH, David L.; HAWKINS, Del I. Comportamento do consumidor: construindo a estratégia de marketing. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. 604 p. ISBN 9788535287912.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANDRADE, Lucas Magalhães de; BUENO, Ademir Moreira. Comportamento do consumidor: um olhar científico sobre como e por que consumimos. Editora Intersaber 2020 304. ISBN 9788522701773. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788522701773. Acesso em: 07 jul. 2022</p> <p>IGNÁCIO, Sérgio. Desmistificando o neuromarketing: como potencializar as estratégias de marketing estudando a mente do consumidor. São Paulo: Novatec, 2020. 368 p. ISBN 9788586057331.</p> <p>KOTLER F. KELLER, K. L. Administração de marketing, 15. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019. 896 p. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168126/pdf/23. Acesso em: 05 jul. 2022.</p> <p>ORGANIZADORES RICARDO ROCA E VIVIANE SZABO. Gestão do relacionamento com o cliente. Editora Pearson, 2016. 132 p. ISBN 9788543016580. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788543016580. Acesso em: 07 jul. 2022</p> <p>SAMARA, Beatriz Santos; Morsch, Marco Aurélio. Comportamento do Consumidor: conceitos e casos. Editora Pearson, 2004 288 p. ISBN 9788576050094. <i>E-book</i>. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/aulaaberta/9788576050094. Acesso em: 07 jul. 2022</p>

4.10 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular desta Habilitação Técnica de Nível Médio será conferido o diploma de TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS com validade nacional.

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS.

Os históricos escolares que acompanham os certificados e/ou diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

5 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.1 CORPO DOCENTE

O quadro 4 apresenta a estrutura do corpo docente do campus Camboriú, que atua no Curso Técnico em Transações Imobiliárias:

Quadro 4: Corpo Docente Curso Técnico em Transações Imobiliárias

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Caroline Paula Verona e Freitas	2930008	40h DE	Mestre	caroline.freitas@ifc.edu.br	2104-0803

Elisângela da Silva Rocha	2357020	40h DE	Doutora	elisangela.rocha@ifc.edu.br	2104-0803
Gerson Carlos Saiss	2102086	40h DE	Mestre	gerson.saiss@ifc.edu.br	2104-0800
Gianfranco da Silva Araujo	2372553	40h DE	Mestre	gianfranco.araujo@ifc.edu.br	2104-0803
Gilmar Bolsi	2771262	40h DE	Mestre	gilmar.bolsi@ifc.edu.br	2104-0800
Joel Eyroff	1084415	20h	Especialista	joel.eyroff@ifc.edu.br	2104-0800
José Luiz Ungericht Junior	1331436	40h DE	Doutor	jose.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803
Luciane Grando Dorneles Ungericht	1811380	40h DE	Mestre	luciane.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803
Luiz Felipe Ungericht	2456317	40h DE	Mestre	luiz.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803
Rosane Pedron Carneiro	1901273	40h DE	Mestre	rosane.carneiro@ifc.edu.br	2104-0800
Rossano Linassi	1812919	40h DE	Doutor	rossano.linassi@ifc.edu.br	2104-0800
Maria Salete	1169872	40h DE	Doutora	maria.salete@ifc.edu.br	2104-0800
Flávia Walter	1737475	40h DE	Mestre	flavia.walter@ifc.edu.br	2104-0800
Afonso da Luz Loss	1970752	40h	Mestre	afonso.loss@ifc.edu.br	2104-0800

5.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

O quadro 5 apresenta a coordenação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias:

Quadro 5: Coordenação Curso Técnico em Transações Imobiliárias

Docente	Cargo	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Elisângela da Silva Rocha	Coordenadora	2357020	40h DE	Doutora	elisangela.rocha@ifc.edu.br	2104-0803
Gianfranco da Silva Araujo	Coordenador Adjunto	2372553	40h DE	Mestre	gianfranco.araujo@ifc.edu.br	2104-0803

5.3 NDB

O quadro 6 apresenta os membros do Núcleo Docente Básico (NDB) do Curso Técnico em Transações Imobiliárias:

Quadro 6: NDB Curso Técnico em Transações Imobiliárias:

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Caroline Paula Verona e Freitas	2930008	40h DE	Mestre	caroline.freitas@ifc.edu.br	2104-0803
Elisângela da Silva Rocha	2357020	40h DE	Doutora	elisangela.rocha@ifc.edu.br	2104-0803
Gianfranco da Silva Araujo	2372553	40h DE	Mestre	gianfranco.araujo@ifc.edu.br	2104-0803
Gilmar Bolsi	2771262	40h DE	Mestre	gilmar.bolsi@ifc.edu.br	2104-0800
Joel Eyroff	1084415	20h	Especialista	joel.eyroff@ifc.edu.br	2104-0800
José Luiz Ungericht Junior	1331436	40h DE	Doutor	jose.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803
Luiz Felipe Ungericht	2456317	40h DE	Mestre	luiz.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803

5.4 COLEGIADO

O quadro 7 apresenta os membros do Colegiado do Curso Técnico em Transações Imobiliárias:

Quadro 7: Colegiado Curso Técnico em Transações Imobiliárias:

Membro	Cargo	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Caroline Paula Verona e Freitas	Docente	293008	40h DE	Mestre	caroline.freitas@ifc.edu.br	2104-0803
Elisângela da Silva Rocha	Docente	2357020	40h DE	Doutora	elisangela.rocha@ifc.edu.br	2104-0803
Gianfranco da Silva Araujo	Docente	2372553	40h DE	Mestre	gianfranco.araujo@ifc.edu.br	2104-0803
Joel Eyroff	Docente	1084415	20h	Especialista	joel.eyroff@ifc.edu.br	2104-0800
José Luiz Ungericht Junior	Docente	1331436	40h DE	Doutor	jose.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803
Luiz Felipe Ungericht	Docente	2456317	40h DE	Mestre	luiz.ungericht@ifc.edu.br	2104-0803
Rosane Pedron Carneiro	Docente	1901273	40h DE	Mestre	rosane.carneiro@ifc.edu.br	2104-0800

5.5 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O quadro 8 apresenta o corpo técnico administrativo em educação referente ao campus Camboriú:

Quadro 8: Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Alex Santos de Oliveira	2020290	Operador de Máquina Agrícola	Especialista	alex.oliveira@ifc.edu.br
Alexandre de Aguiar Amaral	2046449	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão	Doutor	alexandre.amaral@ifc.edu.br
Alexandre Fernandes Coimbra	2037041	Coordenador de obras	Especialista	alexandre.coimbra@ifc.edu.br
Alexandre Maria	277525	Motorista	Especialista	alexandre.marina@ifc.edu.br
Amanda Massucatto	2380091	Assistente de Laboratório	Mestre	amanda.massucatto@ifc.edu.br
Ana Regina Campos Chagas	1366591	Agente Administrativo	Ensino Médio	ana.chagas@ifc.edu.br
Anderson de Assunção Medeiros	1206278	Assistente de Alunos	Mestre	anderson.medeiros@ifc.edu.br
Angela Lidvina Schneider	1828147	Auxiliar de Biblioteca	Especialista	angela.schneider@ifc.edu.br
Angelo Augusto Fozza	1802479	Coordenador de Pesquisa e inovação	Doutor	angelo.fozza@ifc.edu.br
Bernadete Rampeloti Silva	1160338	Cozinheiro	Especialista	bernadete.silva@ifc.edu.br
Carine Calixto Aguena	1828484	Coordenadora de Tecnologia de Informação	Mestrado	carine.aguena@ifc.edu.br
Carlos Alberto dos Santos	1456232	Técnico de Laboratório	Graduado	carlos.santos@ifc.edu.br
Carlos Alexandre Porto	1760072	Técnico de Tec. da Informação	Mestre	carlos.porto@ifc.edu.br
Carlos Eduardo Mocelin		Auxiliar de Biblioteca	Graduado	carlos.mocelin@ifc.edu.br
Caroline Paula Verona Freitas	2930008	Assessora de Eventos	Mestre	caroline.freitas@ifc.edu.br
Cristina Schmitt	1771433	Coordenadora de Execução Orçamentária e Finanças	Especialista	cristina.schmitt@ifc.edu.br
Cristine de Oliveira Dili	1895429	Assistente em Administração	Graduado	cristine.dilli@ifc.edu.br
Daiani Lara De Assis	2387337	Auxiliar em Administração	Especialista	dainai.assis@ifc.edu.br
Diego Fincato	2376887	Auxiliar em Agropecuária	Especialista	diego.fincato@ifc.edu.br

Dulcinéia Paim Reis	1190782	Técnico em Arquivo	Especialista	dulcinea.reis@ifc.edu.br
Edenir Rogge	1159386	Coordenador de Serviços Gerais e Manutenção	Ensino Médio	edenir.rogge@ifc.edu.br
Edson Fernando Pagliochi	2622673	Assistente em Administração	Graduado	edson.pagliochi@ifc.edu.br
Eliana Maria Fabiano de Almeida	1075327	Telefonista	Mestre	eliana.almeida@ifc.edu.br
Fabiano Endres	1034667	Assistente em Administração	Especialista	fabiano.endres@ifc.edu.br
Fernanda Borges Vaz Ribeiro	1522454	Bibliotecária/Documentalista	Mestre	fernanda.ribeiro@ifc.edu.br
Franciele Pissinin Denardini	1832515	Administradora	Graduado	franciele.denardini@ifc.edu.br
Frank Tiegs	2408335	Auxiliar em Agropecuária	Graduado	frank.tiegs@ifc.edu.br
Genésio João Correia	1758674	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialista	genesio.correia@ifc.edu.br
Gilmar de Lorenzi	0393097	Contínuo	Graduado	gilmar.lorenzi@ifc.edu.br
Gleisson Ramos de Oliveira	2246686	Técnico em Enfermagem	Técnico	gleisson.oliveira@ifc.edu.br
Guillermo Góngora Figoli	1835267	Técnico de Tecnologia da Informação	Ensino Médio	guillermo.figoli@ifc.edu.br
Herlon Iran Rosa	1755105	Assistente de Alunos	Mestre	herlon.rosa@ifc.edu.br
Hiran Rosa Ferreira	1456592	Coordenador de Transportes	Especialista	hiran.ferreira@ifc.edu.br
Humberto João Dutra Júnior	1187949	Auxiliar em Agropecuária	Graduado	humberto.dutra@ifc.edu.br
Ilda Santos Cardoso Pereira	1843139	Auxiliar da Biblioteca	Graduada	ilda.pereira@ifc.edu.br
Indianara Dalago	2215601	Técnico em Agropecuária	Mestrado	indianara.dalago@ifc.edu.br
Isadora Balsini Lúcio	1554262	Coordenadora Geral de Ensino Superior	Doutora	isadora.lucio@ifc.edu.br
Jean Marlon Hulse Merigo	1252831	Técnico Laboratório - Área: Informática	Especialista	jean.merigo@ifc.edu.br
Jeffner Kerlan de Mattos	1610168	Técnico em Assuntos Educacionais	Graduado	jeffner.mattos@ifc.edu.br
Jéssica Motta	1757282	Técnico em Agropecuária	Mestre	jessica.motta@ifc.edu.br
Joeci Ricardo Godoi	2155492	Técnico de Laboratório	Especialista	joeci.godoi@ifc.edu.br
Jorge Luis Araújo dos Santos	1454355	Psicólogo	Especialista	jorge.santos@ifc.edu.br
Jorge Luiz Alves	379357	Técnico em tec. da informação	Ensino Médio	jorge.alves@ifc.edu.br
José Domingos Pereira	1159388	Chefe do Setor de Liquidação	Ensino Médio	jose.pereira@ifc.edu.br
Julia Marion Fernandes	1494640	Assistente em Administração	Graduada	julia.fernandes@ifc.edu.br
Juliana Grandi	2155093	Médica Veterinária	Mestre	juliana.grandi@ifc.edu.br
Julio Ramos Junior	1618331	Técnico em Alimentos e Laticínios	Especialista	julio.ramos@ifc.edu.br
Karla Danielle Gabardo	2314019	Nutricionista	Especialista	karla.gabardo@ifc.edu.br
Kristian Vicente	2164334	Chefe Gabinete	Especialista	kristian.vicente@ifc.edu.br
Lairton Luiz Rozza	1377938	Diretor do Departamento de Infraestrutura e Produção	Mestre	lairton.rosa@ifc.edu.br
Lauren Bentes de Azevedo Prates	1759128	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestre	lauren.prates@ifc.edu.br
Lenara Bernieri	1757309	Coordenadora de Administração do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores Cães-Guia	Mestre	lenara.bernieri@ifc.edu.br
Leonardo Caparroz Cangussu	1128878	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestre	leonardo.cangussu@ifc.edu.br
Letícia Alves Gomes Alberti	1978316	Técnico de Laboratório	Graduada	leticia.alberti@ifc.edu.br
Lia Mara Silva de Souza	2357151	Assistente em Administração	Graduado	lia.souza@ifc.edu.br
Luciane Grando Dorneles Ungericht	1811380	Coordenadora Geral de Ensino	Mestre	luciane.ungericht@ifc.edu.br

		Técnico		
Loana de Moura Furlan	2376882	Auxiliar em Administração	Especialista	loana.furlan@ifc.edu.br
Luan Noberto Dos Santos	2155483	Técnico em Agropecuária	Graduado	luan.santos@ifc.edu.br
Luiz Fernando Assunção Loretto	1105105	Vigilante	Especialista	luiz.loretto@ifc.edu.br
Luiz Fernando Klüge	1225815	Administrador	Mestre	luiz.kluge@ifc.edu.br
Luiz Gonzaga Cechet	1160336	Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio	Mestre	luiz.cechet@ifc.edu.br
Marcel Amaral Dauod	1758027	Diretor do Departamento de Administração e Planejamento	Mestre	marcel.daoud@ifc.edu.br
Marcele Arruda Michelotto	1994943	Assistente em Administração	Mestre	marcele.michelotto@ifc.edu.br
Márcia Rodecz	2138987	Pedagogo	Mestre	marcia.rodecz@ifc.edu.br
Marcio Aparecido Lucio	1753077	Assistente em Administração	Mestre	marcio.lucio@ifc.edu.br
Marcos Diel	2242304	Técnico em Agropecuária	Técnico	marcos.diel@ifc.edu.br
Maria Angélica de Moraes Assumpção Pimenta	1200713	Enfermeira	Mestre	maria.pimenta@ifc.edu.br
Maria Amélia Cunha Pereira	1160145	Cozinheira	Ensino Médio	maria.pereira@ifc.edu.br
Maria Goretti Aléssio Crispim	2125701	Cirurgiã Dentista	Mestre	maria.crispim@ifc.edu.br
Maria Helena Barbosa Lima Tompson	2267892	Técnica em Enfermagem	Técnico	maria.tompson@ifc.edu.br
Marilia Cristiane Massochin	2010770	Jornalista	Mestre	marilia.massochin@ifc.edu.br
Marina Juliana Batista Barwinski	1811653	Técnico em Agropecuária	Mestre	mariana.barwinski@ifc.edu.br
Marouva Fallgatter Faqueti	1200713	Coordenadora do Sistema de Bibliotecas do IFC	Doutora	marouva.faqueti@ifc.edu.br
Mateus de Souza	1757324	Técnico em Agropecuária	Graduado	mateus.souza@ifc.edu.br
Mercedes da Silva	0432717	Assistente em Administração	Especialista	mercedes.silva@ifc.edu.br
Michela Cancillier	1924646	Coordenadora de Extensão, Estágio e Egressos	Mestre	michela.cancillier@ifc.edu.br
Michelli Slhessarenko	1773191	Coordenadora de contratos	Mestre	michelli.slhessarenko@ifc.edu.br
Nelza de Moura	1812872	Assistente Social	Especialista	nelza.moura@ifc.edu.br
Neusa Denise Marques	1836745	Coordenadora do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional	Mestre	neusa.marques@ifc.edu.br
Raquel Rosa	1186544	Escriturária	Ensino Médio	raquel.rosa@ifc.edu.br
Regina Célia Sequinel Eisfeld	2125646	Auxiliar em Administração	Graduada	regina.eisfeld@ifc.edu.br
Ricardo Bruno Cabral	2382525	Técnico em Contabilidade	Especialista	ricardo.cabral@ifc.edu.br
Ricardo Kiyoshi Tokunaga	2379459	Engenheiro Agrônomo	Especialista	ricardo.tokunaga@ifc.edu.br
Robinson Fernando Alves	1758606	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestre	robinson.alves@ifc.edu.br
Rosemeri Aparecida Marcon	1786551	Assistente em Administração	Especialista	rosemeri.marcon@ifc.edu.br
Sandra Rosabel Pereira	1160461	Enfermeira	Especialista	sandra.pereira@ifc.edu.br
Sany Regina Sarda Justi	2774392	Coordenadora do Centro de Treinadores e Instrutores de Cães-guia e Inclusão	Mestre	sany.justi@ifc.edu.br
Sebastião Pedro Colombo	3052199	Motorista	Ensino Médio	sebastiao.colombo@ifc.edu.br
Sergio dos Santos Souza	277892	Auditor	Especialista	sergio.souza@ifc.edu.br
Simone Marques de Almeida	1668816	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestre	simone.almeida@ifc.edu.br
Stefano Moraes Demarco	1816304	Administrador	Mestre	stefano.demarco@ifc.edu.br
Telma Zanlucas	1668816	Assistente em Administração	Especialista	telma.zanluzas@ifc.edu.br
Terezinha Pezzini Soares	1801689	Assessora de ensino	Mestre	terezinha.soares@ifc.edu.br

Ticianne Carla Correa Pedroso	2246728	Coordenadora de Gestão de Pessoas	Especialista	ticiane.pedroso@ifc.edu.br
Vânia Leomardelli Pereira	1758471	Assistente em Administração	Especialista	vania.pereira@ifc.edu.br
Venancia Pereira Melo	1160148	Chefe de Apoio a Eventos do Gabinete da Direção-Geral	Ensino Médio	venancia.melo@ifc.edu.br
Vivian Castro Ockner	2228573	Biblioteca/documentalista	Graduada	vivian.ockner@ifc.edu.br

5.6 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

De acordo com Moraes (2004), a constituição de uma equipe multidisciplinar preparada para atuar com as demandas da EaD, além de ser uma exigência legal, torna possível desenvolver uma educação de qualidade nesta modalidade de ensino.

O Centro de Educação a Distância (CEaD) do IFC, possui estrutura multicampi e está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. É composto por equipe multidisciplinar, estendendo-se ao campus Camboriú, por meio do Núcleo de Educação a Distância (NEaDs), que tem como responsabilidade prestar suporte pedagógico e tecnológico, in loco, nas ofertas de cursos EaD; participando também da concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para esta modalidade.

O NEaD do campus Camboriú, por meio de sua equipe multidisciplinar, desenvolve estratégias e procedimentos, visando garantir acesso a todos os participantes, considerando a estrutura institucional disponível. Além disso, possui seus processos de trabalho formalizados, por meio de planejamento documentado; acompanhamento e operacionalização registradas.

O quadro 9 apresenta a estrutura do NEaD do campus Camboriú e sua atribuição no núcleo e experiência com a EaD.

Quadro 9: Relação dos integrantes da equipe multidisciplinar EaD

Nome do Servidor	Cargo	Equipe Multidisciplinar
Lauren Bentes de Azevedo Prates	Técnica em Assuntos Educacionais	Suporte Técnico
Guillermo Gongoro Figoli	Técnico em Tecnologia da Informação	Suporte Técnico

Além do suporte técnico e pedagógico, a secretaria acadêmica do campus Camboriú, fará todo o registro e guarda documental; acompanhamento dos procedimentos de matrícula, avaliação e certificação dos estudantes.

5.7 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

As políticas de capacitação de servidores do IFC estão detalhadas nas normatizações a seguir:

- Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o Instituto Federal Catarinense (PIQ/IFC) - licenças de 50% e 100% (IFC, 2012b).
- Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).
- Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2013b).
- Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).

- e) Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).
- f) Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado e Doutorado) dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) - bolsa de 500,00 (IFC, 014d).
- g) Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).
- h) Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).
- i) Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política de Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do Instituto Federal Catarinense - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).
- j) Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).
- k) Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).
- l) Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).
- m) Portaria Normativa 09/2019 – ASSEG/GABI: Institui o Programa de Formação Continuada de Docentes, no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

6 INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Campus Camboriú conta uma área total de 205 hectares e 9.024 m² de área construída. Especificamente no que concerne ao Curso Técnico em Transações Imobiliárias, conforme descrito nas seções que seguem.

6.1 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

A infraestrutura disponível no *campus* apresenta-se relacionada no quadro 10.

Quadro 10: Relação da Infraestrutura disponível ao curso

Nº de ambientes	Tipo de ambiente	Área	Período de funcionamento
01	Biblioteca com livros na área	600 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min e aos sábados das 8h às 12h.
01	Cantina durante todo o período	300 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min.
01	Coordenação de Registros Escolares	70 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min.
02	Laboratório de Prática em Informática	160 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min.
04	Laboratórios Imobiliários	210 m ²	Segundas às sextas-feiras das 13h30min às 22h30min.
06	Sala Multimídia	160 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min.
02	Auditório para palestras e eventos	450 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min.
06	Salas de aula	480 m ²	Segundas às sextas-feiras das 7h30min às 22h30min.

6.2 INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA

As bibliotecas são pilares indispensáveis para a dinamização de ações educativas para o fortalecimento da missão institucional. O Instituto Federal Catarinense (IFC) atualmente possui 17 bibliotecas, distribuídas em seus 15 Campi. A partir de março de 2014 (Resolução nº. 007 –

CONSUPER/2014) todas as bibliotecas do IFC passaram a compor o **Sistema Integrado de Bibliotecas** – SIBI-IFC, que objetiva promover a gestão integrada das bibliotecas, oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos, racionalizar o uso dos recursos orçamentários e de pessoal assim como buscar estabelecer convênios de cooperação e parcerias interinstitucionais de nível nacional e internacional.

O SIBI-IFC está vinculado a Pró-Reitoria de Ensino e sua estrutura organizacional está assim composta: a) Conselho de Representantes de Bibliotecas – COREB (deliberativo); b) Coordenação do SIBI-IFC; c) Bibliotecas dos *campi* e d) Comissões de Estudos e Trabalhos.

A biblioteca do *Campus Camboriú* é uma das bibliotecas que compõem o SIBI. Seu atendimento ao público é realizado das 7h30 às 22h35, de segunda a sexta-feira. Possui uma equipe altamente qualificada de profissionais, sendo três bibliotecárias (uma doutora e duas mestres); 3 auxiliares de biblioteca (um mestre, uma especialista e outra graduada) e dois bolsistas de nível superior.

Sua estrutura ocupa uma área construída de 600 m². Oferece espaços para estudo em grupo e individual (60 lugares), 6 computadores para pesquisa na internet e elaboração de trabalhos acadêmicos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, um miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com vídeo, DVD, televisão, tela de projeção e quadro branco.

Seu acervo local é composto de livros, periódicos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 18.000 títulos/34.000 exemplares. Destaca-se que o conjunto de bibliotecas do IFC possui aproximadamente 80.000 títulos/190.000 exemplares e os mesmos podem ser utilizados mediante o serviço de empréstimo entre bibliotecas.

O gerenciamento das bibliotecas é automatizado utilizando-se o Sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos on-line, através do site https://pergamum.ifc.edu.br/pergamum_ifc/biblioteca/index.php, via computador ou dispositivos móveis (Pergamum Móbile).

Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca oferece diversos serviços e produtos:

- a) **empréstimo entre bibliotecas** – visa disponibilizar o acesso dos usuários a recursos informacionais que estão alocados em outras bibliotecas do IFC. Os pedidos de empréstimo entre bibliotecas são realizados pelos usuários de forma on-line na página de consulta ao acervo;
- b) **renovação de empréstimos via telefone** – serviço oferecido para facilitar o processo em momentos em que o usuário não dispõe de internet;
- c) **serviço de acesso a bibliografia básica e complementar constante no Plano de Ensino** do(s) curso(s) aos quais o aluno está vinculado. Esse serviço está disponível no ambiente “Meu Pergamum”. No link “Plano de ensino” o aluno ou professor pode consultar, por disciplinas do curso, quais os títulos indicados na bibliografia básica e complementar e verificar sua disponibilidade na biblioteca;
- d) **capacitação na área da pesquisa** - é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos, por demanda, que englobam orientações sobre o uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso das normas ABNT, uso do Portal CAPES e outras bases de dados, pesquisas informacionais on-line e normalização de trabalhos acadêmicos. Esse serviço está disponível para professores, alunos e funcionários;
- e) **tutoriais de Normalização** - Materiais de consulta para orientação sobre normalização de trabalhos acadêmicos e científicos disponível no site do SIBI;

- f) **disque biblioteca ABNT** – trata-se de um serviço de atendimento ao usuário via telefone e/ou e-mail que objetiva responder dúvidas sobre formatação de trabalhos acadêmicos;
- g) **ficha catalográfica** – Sendo um elemento obrigatório em trabalhos acadêmicos, o Sistema de Bibliotecas oferece um programa automatizado desenvolvido com apoio de outras instituições que permite gerar automaticamente ficha catalográfica (<http://biblioteca.araquari.ifc.edu.br/biblioteca/fichacatalografica/>).
- h) **Projeto Livro Livre** – trata-se de um espaço destinado a disponibilizar aos usuários, obras recebidas pela biblioteca na forma de doação e não incorporadas ao acervo, por não estarem em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca;
- i) **Repositório Institucional** –Projeto desenvolvido sob responsabilidade do Sistema Integrado de Biblioteca e objetiva reunir, organizar e disseminar a produção Intelectual do IFC.

6.2.1 Conteúdos Digitais/Virtuais

Além dos recursos informacionais disponíveis fisicamente a biblioteca oferece acesso a conteúdos digitais/virtuais, com acesso específico para a comunidade do IFC, quais sejam:

- a) mais de 12.000 títulos de livros digitais (e-books) nas diversas áreas do conhecimento do interesse institucional;
- b) normas da ABNT;
- c) acesso a Rede de Repositórios Nacionais da Rede Pergamum;
- d) Portal Capes (Conteúdos restritos ao IFC e de acesso público).

O Sistema Integrado de Bibliotecas ainda disponibiliza em seu site (<http://biblioteca.ifc.edu.br/>) uma base de links que facilita o acesso a outros conteúdos digitais (livros, periódicos e bases de dados) de acesso público.

6.2.2 Política de Atualização do Acervo

A Política de Desenvolvimento de Coleções do IFC foi instituída em 2019 (Portaria Normativa n. 2/2019 – CONSEPE/REITORIA). O acervo é expandido periodicamente, tendo-se como prioridade: a) as obras constantes nas bibliografias básicas e complementares dos cursos; b) materiais informacionais para a implantação de novos cursos e desenvolvimento de pesquisas e c) obras indicadas pelos colegiados dos cursos.

6.2.3 Acervo da Biblioteca relacionado ao Curso

No quadro 11 descreve-se o acervo da Biblioteca, relacionado ao Curso Técnico em Transações Imobiliárias, o número de títulos e exemplares para cada tipo de material.

Quadro 11: Acervo da Biblioteca relacionado ao Curso TTI em 2021

Acervo da Biblioteca – Específicos do Curso		
Tipo de Material	Títulos	Exemplares
CD-ROMs	8	8
Dissertações	2	2

E-Books	11.988	-
Livros Técnicos	1.252	2.845
Folhetos	27	28
Periódicos	8	291
DVDs	7	7
Normas	17	17
Teses	1	1
Total	13.310	3.199

6.3 INFRAESTRUTURA DE ENSINO E LABORATÓRIOS

O campus possui uma infraestrutura de ensino e laboratórios adequada para atender as necessidades do curso Técnico em Transações Imobiliárias.

6.3.1 Espaço de Trabalho Para Docentes em Tempo integral

Todos os docentes têm à sua disposição uma mesa de trabalho individual e espaço em armário, em salas de professores compartilhadas, normalmente entre os docentes de áreas afins. Seus horários, localizações de suas salas e números de ramais são divulgados nos murais e na página do câmpus, de forma que os estudantes podem encontrá-los para atendimento sempre que necessário.

6.3.2 Espaço de Trabalho Para o Coordenador

A coordenação do curso tem à sua disposição uma sala de trabalho, compartilhada com outras duas coordenações de curso, localizada no Bloco onde está a maioria das salas de aulas utilizadas pelo curso. A sala conta com mesas individuais para trabalho e atendimento, além da infraestrutura necessária, tais como condicionador, computador com acesso à internet e impressora.

6.3.3 Salas de Aula

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários prevê carga horária teórica e prática em parte de seus componentes curriculares. Assim, grande parte das aulas acontece em sala de aula e parte em laboratórios relacionados ao curso .

Nos momentos de carga horária exclusivamente teórica, as turmas são alocadas para salas de aula tradicionais, equipadas com 40 carteiras para estudantes, quadro branco, televisão/data show para projeção, quadro branco e condicionador de ar. A critério dos docentes, são alocadas até 03 salas de aula de forma simultânea para o curso, das 32 disponíveis no Campus.

As cargas horárias práticas, e mesmo as teóricas, se solicitado pelos docentes, são alocadas para 03 laboratórios da área de conhecimento do curso, bem como 03 laboratórios de informática de uso comum dos cursos para outras práticas de ensino e aprendizagem, com aproximadamente 100 m² , equipados com TV para projeção, condicionador de ar.

6.3.4 Infraestrutura de Laboratórios

O curso de Técnico em Transações Imobiliárias conta com 3 laboratórios direcionados ao curso, a citar: Laboratório de Pesquisa Imobiliária (LapImob), Laboratório Gráfico de Experimentação Imobiliária, Laboratório de Gerência Imobiliária.

6.3.4.1 Laboratório de Pesquisas Imobiliárias

Este laboratório possui 13 (treze) máquinas, cadeiras e uma mesa grande, lugar para exposição de mapas, gráficos, além de estante para folders imobiliários, bem como a mesa para o professor e armário para guarda dos conteúdos das aulas.

Este Laboratório é utilizado pelas disciplinas de Pesquisa Imobiliária I e II, e demais disciplinas que possam fazer o uso para atividades de ensino e pesquisa.

6.3.4.2 Laboratório Gráfico de Experimentação Imobiliária

Este laboratório conta com 17 (dezessete) máquinas e acomoda as disciplinas de Desenho Arquitetônico auxiliado por computador, Informática I e II e eventualmente outras disciplinas que façam o uso de computadores para pesquisa na web, desenvolvimento de trabalhos ou utilização de softwares específicos.

6.3.4.3 Laboratório de Gerência Imobiliária

Este laboratório possui 05 (cinco) máquinas, mobiliário, mesa executiva, cadeiras e uma mesa grande para a prática de gerência imobiliária e se destina a práticas de gerência nas atividades extraclasse e do núcleo integrador.

6.3.4.4 Laboratórios de uso Comum

São 03 laboratórios que contam com 21 (vinte e uma) máquinas com software específico (mediante a solicitação do professor, desde que sejam “software livre”) e com acesso a internet, que são: Laboratório de Software II, Laboratório de Software II, Laboratório de Software III, Laboratório de Informática de Uso Geral.

6.4 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL NO CAMPUS, UTILIZADA PELO CURSO

O Campus Camboriú conta com uma ampla infraestrutura, em uma área total de 205 hectares, e 9.024 m² de área construída. Especificamente no que concerne ao Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, citam-se alguns espaços e equipamentos disponíveis para as suas ações e atividades:

- 03 Salas de aula equipadas;
- 03 Laboratório de específico do curso;
- 03 Laboratórios de informática equipados;
- 03 auditórios para palestras e eventos;
- Salas de trabalho compartilhadas para professores, com mesas individuais, computadores com acesso à internet, armário para guarda de materiais, telefone, impressora;

- Biblioteca com área construída de 600m², contando com espaços para estudo em grupo e individual (60 lugares), computadores para pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos.
- Refeitório.

Além dos espaços e recursos mais específicos à disposição do Curso, o Campus conta com uma infraestrutura ampla para o atendimento de atividades de outros cursos, vinculados a outras áreas do conhecimento.

6.4.1 Áreas de Esporte de Convivência

Durante sua permanência no Curso, os estudantes têm acesso a toda a estrutura do Campus. Especificamente no que concerne às área de esporte e de convivência, pode-se citar:

- Campo de Futebol, com pista de atletismo;
- Ginásio de esportes;
- Cantina, com atendimento das 7h30 às 22h30;
- Auditório para palestras e eventos, com aproximadamente 450 m² ;
- Diretório Central dos Estudantes;
- Centro de convivência;
- Áreas de convivência disponíveis por todo o câmpus.

6.4.2 Áreas de Atendimento ao Estudante

O atendimento ao estudante ocorre preferencialmente nas salas dos docentes ou na biblioteca do campus, nos horários definidos no Quadro de Horários dos docentes, elaborados a cada semestre letivo e descritos no plano de ensino. O tempo a ser destinado ao atendimento ao estudante é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do componente curricular. O atendimento ocorrerá em local pré-agendado com o docente. O estudante ainda conta com uma gama de serviços que prezam pelo seu bem estar. Citam-se:

- Coordenação de Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (CRACI);
- Núcleo Pedagógico (NUPE);
- Coordenação de Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE);
- Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI);
- Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES);
- Refeitório;
- Consultório Odontológico;
- Ambulatório.

6.5 ACESSIBILIDADE

No que tange a acessibilidade, o campus oferece uma estrutura cada vez mais adaptada e inclusiva para atendimento das necessidades referentes às questões arquitetônicas, comunicacionais e tecnológicas.

6.5.1 Arquitetônica e Urbanística

Parte da arquitetura do Campus Camboriú refere-se ao modelo da década de 50, período da

sua fundação como Colégio Agrícola de Camboriú, quando ainda não havia preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O acesso seguro e autônomo às vias públicas e às edificações foi implantado através de nova construção e de reformas, conforme estabelece a legislação federal vigente e normas técnicas (NBR 9050/2004). As novas edificações do IFC-CAM apresentam, desde o projeto, os requisitos estruturais de acessibilidade – calçadas, pontos táteis, portas, barras de apoio, sanitários e sinalização.

Neste sentido, observa-se a arquitetura separando as construções da Instituição em antiga, reformada e nova, ora possibilitando e ora limitando a fruição do espaço público institucional sem prejuízo de autonomia.

Quanto à construção antiga, no que se refere à área livre, o espaço para manobra de um cadeirante com deslocamento de 180 graus que possui o mínimo de 1,50 (largura) x 1,90 (profundidade) é parcial. No que se refere à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, conforme determina a NBR 9050/2004.

A construção antiga possui acesso a andares superiores através de escada que possuem patamar a cada 3,20 m de desnível quando há mudança de direção, além dos corrimões possuírem acabamento recurvado e estarem na altura correta, entre 0,70 m e 0,92 m, há também a opção de um elevador. Quanto à circulação interna da construção antiga, os corredores de uso comum têm a extensão superior a 10,00 m e possuem 1,50 m de largura, as portas de circulação interna possuem largura mínima de 0,80 m, conforme NBR 9050/2004.

De modo geral, a entrada de alunos está localizada na via menor de fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessíveis e áreas de alcance manual.

Quanto à área de alcance da construção reformada e da construção nova, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, atendendo a NBR 9050/2004.

O acesso e a sinalização das partes reformadas e novas, possuem parcialmente pisos com superfície regular, firme e antiderrapante, desníveis do piso em altura máxima de 5 mm. Rampas com largura mínima de 1,20 m, elevador, escadas com patamar a cada 3,20 m de desnível em mudança de direção. Corrimãos com acabamento recurvado, em altura entre 0,70 m e 0,92 m.

A circulação interna dos prédios, reformados e novos, possuem corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m com 1,20 m de largura, corredores com extensão superior a 10,00 m com 1,50 m de largura. Portas de circulação possuem largura mínima de 0,80 m e a área de aproximação de uma porta em seu sentido de entrada possui área livre de 1,20 m, suas maçanetas são do tipo de alavanca. Já as calçadas, passeios e vias de pedestres possuem faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m.

Os banheiros da estrutura reformada há reservas para pessoas com deficiência, a bacia sanitária está numa altura mínima entre 0,43 e 0,48 (com a tampa do assento), o acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m e há lavatório dentro do sanitário reservado para pessoas com deficiência.

E a acessibilidade da construção nova da Instituição, a área livre para circulação de uma pessoa possui a largura mínima de 1,20 m, parcialmente para circulação de duas pessoas com largura mínima de 1,80 m. Espaço para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) rotação de 90 graus possui o mínimo de 1,20 m por 1,20 m. E para um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 graus também possui o mínimo de 1,50 m por 1,20 m. Ainda para manobra de um cadeirante (sem

deslocamento) com rotação de 360 graus possui o mínimo de diâmetro de 1,50 m.

Quanto à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares estão entre 0,80 m e 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m a 1,00 m. Estão parcialmente dentro das regras a altura dos interruptores, das tomadas elétricas e dos armários em geral. Para com os banheiros da construção nova, existem sanitários reservados para pessoas com deficiência, estão parcialmente localizados dentro de uma rota acessível, o sanitário para pessoas com deficiência possui barras de apoio acessíveis, a bacia do referido sanitário possui uma circunferência de acordo com o MR/ Módulo de Referência (0,80 m x 1,20 m). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m. Há lavatório a uma altura de 0,78 m e 0,80 m.

Quanto às vagas para veículos, próximo à biblioteca, o estacionamento possui reserva para pessoas com deficiência e a vaga possui a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso. Na lateral e nos fundos das instalações, vagas para veículos de pessoas com deficiência também estão reservadas e sinalizadas.

No que se refere à acessibilidade na construção nova, a entrada de alunos está localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. As salas de aula convencionais e laboratórios são acessíveis, possuem áreas de aproximação e manobra acessível, áreas de alcance manual também acessível. Na faixa livre de circulação, há rampas.

6.5.2 Comunicacional e Informacional

Para o atendimento dos/das acadêmicos surdos e acadêmicas surdas, usuários e usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), há o Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa (NUBI), que caracteriza-se como um núcleo destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência às pessoas surdas no IFC, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica, por meio da garantia do seu direito linguístico.

O NUBI se organiza em uma estrutura multicampi, sendo formado por um grupo de docentes de Libras e de Tradutores Intérpretes de Libras que atuam em frentes de trabalho organizadas pelo núcleo nos locais em que exercem suas funções.

Este núcleo é representado, no IFC-Camboriú, pelo professor de Libras e pela(s) Tradutora(s) Intérprete(s) de Libras. Estes profissionais realizam o acompanhamento dos acadêmicos surdos e das acadêmicas surdas na instituição, bem como são responsáveis por toda parte de acessibilidade linguística que diz respeito à Libras: tradução de editais para Libras, interpretação dos eventos institucionais, interpretação no contexto educacional (sala de aula), produção de material didático para estudantes surdos, orientação a respeito da identidade e “cultura surda”.

Quanto a materiais acessíveis, a biblioteca do campus conta com acervo em Braille.

6.5.3 Tecnológicas

Em relação aos alunos cegos e/ou com baixa visão, as providências e soluções tecnológicas como aquisição e/ou desenvolvimento de softwares e de ambientes virtualmente acessíveis, bem como de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas (Braille), estão sendo estimuladas e desenvolvidas pelo Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia e Inclusão. Estruturado em 2011, o referido centro também oferece, desde 2013, formação de pós-graduação lato sensu em Treinador e Instrutor de cães-guia e promoção de eventos correlatos com o tema.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC - Ministério de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** 2020. Disponível em <<http://cnct.mec.gov.br/>> Acesso em 04 de jul. de 2022.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. **Educação Profissional de nível médio integrada ao Ensino Médio.** Brasília, 2007.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 147, n. 137, p. 5, 20 jul., 2004. Seção 1.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

_____. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun., 2014. Edição Extra.

_____. Lei 11.741, 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. **Altera a LDB, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012c.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1/2012:** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 19 de ago. de 2021.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Lei nº 11.947, de 16/06/2009: **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;** altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178- 36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2478043> Acesso em: 15/05/2010.

BRASIL. **Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

COFEI. Resolução nº 1476 de 07 de abril de 2022. **Estabelece procedimentos para o registro de estágio nos CRECIs e propõe matriz curricular mínima para os cursos de Técnico em Transações Imobiliárias - TTI.** Disponível em: <https://www.cofeci.gov.br/legislacao-1>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral.** In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.265-272.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFC.** Blumenau, 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Blumenau, 2014.

_____. Resolução CONSUPER n. 10/2021. **Organização Didático Pedagógica do IFC.** Blumenau, 2021.

MORAES, M. A monitoria como serviço de apoio na educação a distância. Tese (Doutorado Engenharia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2004.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado:** ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.